



Anais da Assembléia

Nº 74

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 25 DE JUNHO DE 1979

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA DA 70ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 1979

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Srs. Deputados Werner Wanderer e José Tavares.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domicio Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escor-sin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scar-pelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leô-nidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Ber-nardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wan-derer, Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presi-dente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). -- Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO -- procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO -- procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM N.º 67/79

Curitiba, 18 de junho de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio de Cooperação, datado de 09 de março de 1979, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e o Muni-cípio de CASCAVEL, objetivando ação conjunta entre o DE-TRAN e os órgãos do Município, para, nos termos do art. 37, do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, condicionar as diretrizes do trânsito com o planejamento urbano do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submeti-da à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa co-lenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

-- Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 68/79

Curitiba, 18 de junho de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva

autorizar o Poder Executivo a transferir à Telecomunicações do Paraná S/A. -- TELEPAR, o lote de terreno sob n.º 3, da qua-dra n.º 75, da planta urbana do Município de Itapejara D'Oeste, sendo o referido lote de propriedade do Estado do Paraná.

A medida consubstanciada no plano de lei ora submetido a essa augusta Casa de Leis consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da coletividade, eis que visa transferir à Telecomunicações do Paraná S/A. o domínio de imóvel a ser utilizado por aquela Empresa na construção da Cen-tral Telefônica Urbana do Município de Itapejara D'Oeste.

Conforme disposição expressamente contida no antepro-jeto de lei em causa, a pretendida transferência será precedida a título de participação, por parte do Estado, em futuro au-mento de capital da TELEPAR, sendo precedida, essa transfe-rência, de avaliação e preenchimento das formalidades exigidas pela legislação pertinente.

Certo de que o plano de lei ora submetido a essa colenda Casa merecerá o necessário apoio e conseqüente aprovação, rei-tero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consi-deração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

ANTEPROJETO

Art. 1.º -- Fica o Poder Executivo autorizado a transfe-rir à Telecomunicações do Paraná S/A. -- TELEPAR, o lote n.º 3, da quadra n.º 75, da planta urbana do Município de Itape-jara D'Oeste, de propriedade do Estado do Paraná, conforme averbação à margem da transcrição n.º 9.682, Livro 3-J, do Re-gistro de Imóveis de Pato Branco, lote esse de forma irregular, com área de 710m², fazendo frente para a Rua Fernando Fer-rari, onde mede 20m, confrontando, de um lado, com o lote n.º 2, onde mede 38m, de outro, com o lote n.º 4, onde mede 33m, e, nos fundos, com parte do lote n.º 7, onde mede 20m.

Art. 2.º -- A transferência de que trata o artigo anterior será procedida a título de integralização por parte do Estado do Paraná, em futuro aumento de capital da Telecomunicações do Paraná S/A. -- TELEPAR, mediante prévia avaliação e pre-enchimento de todas as formalidades da legislação pertinente.

Art. 3.º -- Esta lei entrará em vigor na data de sua publi-cação, revogadas as disposições em contrário.

-- Ao Departamento Legislativo.

Pequerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atri-buições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Engenheiro Aris-tides Souza Mello, que durante 36 anos exerceu as funções de gerente da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

Foi fundador do Londrina Country Clube, fundador do Clube de Engenharia e Arquitetura, tendo ainda tido grande participação na construção da Santa Casa de Londrina.

Grande foi a sua participação em todos os setores da gran-de Londrina, especialmente no campo humanitário.

É das mais justas a homenagem que se pretende, com o registro ora requerido na ata dos trabalhos da sessão deste Po-der.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1979.

(a) DÁCIO LEONEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de voto de pesar à família GUILHERME KRIS, cujo falecimento ocorreu no dia 23 de junho de 1979, na Cidade de Francisco Beltrão.

Requer, outrossim, dê-se ciência à família enlutada, sito a Rua Palmas n.º 1.665, Francisco Beltrão-Pr.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1979

(a) DENI SCHWARTZ

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Guilherme Kris falecido no último sábado era uma pessoa relacionada com toda a sociedade beltronense.

Um dos pioneiros da indústria mecânica do Sudoeste, soube conquistar a admiração de todos.

Seu desaparecimento abre uma lacuna entre os que fizeram a grandeza de Francisco Beltrão.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JOEL BRÁZ DE OLIVEIRA, ocorrido no último dia 22 do corrente, na Cidade de Londrina.

Outrossim, requer ainda, seja dado ciência da decisão da Casa à família enlutada, através do endereço, à Rua Prudente de Moraes, 55 no Jardim Edy, Londrina-Pr.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1979

(a) JOSÉ TAVARES.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ARISTIDES SOUZA MELLO, ocorrido no último dia 22 do corrente, na Cidade de Londrina.

Outrossim, requer ainda, seja dado ciência da decisão da Casa à família enlutada, através do endereço à Rua PIO XII, 490, Londrina-Pr.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1979

(a) JOSÉ TAVARES.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. MOZART GOMES CORREIA, ocorrido nesta Capital.

O extinto que foi Cartorário, Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Matinhos e Paranaguá, era grande Líder da ARENA no litoral paranaense, aonde esteve radicado por mais de vinte e cinco anos.

Da decisão do Plenário, solicito que seja dado ciência à família enlutada, bem como, às Câmaras Municipais de Matinhos e Paranaguá.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1979

(a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja

transcrito na ata dos trabalhos legislativos do dia de hoje, um voto de aplausos à ACADEMIA PARANAENSE DE MEDICINA pela posse de sua primeira diretoria, bem como dos 50 imortais e 25 médicos honorários.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1979

(a) MÁRIO CELSO.

JUSTIFICATIVA:

Valorizando ainda mais a respeitada classe médica do Paraná, a Academia de Medicina foi criada para perpetuar nomes que dignificam o nosso Estado e estabelecer estudos de ciências médicas, estimulando a pesquisa sobre a história da medicina no Paraná.

A Academia foi fundada em 17 de outubro de 1978 e na sexta-feira próxima passada foi empossada sua primeira diretoria, integrada por: Orlando de Oliveira Melo (presidente), Ruy Noronha Miranda (vice-presidente), Ary Christian (secretário), Hamilton Lacerda Suplicy (2.º Secretário), Oscar Aisengart (tesoureiro), Amauri Munhoz da Rocha (2.º tesoureiro) e Lauro Grein Filho (orador).

Além de biblioteca a Academia Paranaense de Medicina terá também um museu, desenvolvendo desta forma aspectos culturais.

Serão realizados simpósios e outras promoções, abordando temas médicos.

Foram empossados ainda 50 imortais e 25 membros honorários, requisitados entre as maiores expressões da ciência médica paranaense.

Os membros são: Homero de Melo Braga, Alô Guimarães, Álvaro Pinto, Astinphilo de Loyola, Augusto Cole, Carlos Cunha Heller, Carlos Moreira, Celso Ferreira, Egon Kriger, Emílio Leão de Mattos, Francisco Cláudio Prince Cunha, Francisco de Paulo Soares, Heitor Borges de Macedo, Irineu Antunes, João Ernani Bettega, João Vieira de Alencar, João Xavier Viana, Lysandro Santos Lima, Mário Braga de Abreu, Roaldo Koehler, Rosala Garzuze, Rubens Lacerda Mana e Victor Ferreira do Amaral Filho.

As 50 cadeiras e 50 respectivos titulares são:

- 01 - Alfredo de Assis Gonçalves - titular: Hamilton Lacerda Suplyci;
- 02 - Aluizio França - titular: Ledo de Lafayette Martins Maciel;
- 03 - Álvaro Cerqueira Lima, titular: Pedro Emílio de Cerqueira L. Neto;
- 04 - Anchises Marques de Faria - titular: Afonso Coelho;
- 05 - Antenor Phamphilo dos Santos - titular: Jayme Drumond
- 06 - Aramis Tabprda de Athayde - titular: Atlântido Borba Cortes;
- 07 - Arthur Serwab - titular: Oscar Aosengart;
- 08 - Brasília Vicente de Castro - titular: Plínio de Mattos Pessoa;
- 09 - Dante Romano - titular: Zacarias Alves de Souza Filho;
- 10 - Dirceu de Conti - titular: Paulo Franco de Oliveira;
- 11 - Eduardo Santos Lima - titular: Eduardo Correa Lima;
- 12 - Eduardo Virmond de Lima - titular: Felix do Rego Almeida;
- 13 - Eugênio da Silva Lopes - titular: Reginaldo Werneck Lopes;
- 15 - Eurico Branco Ribeiro - titular: Giocondo Villanova Artigas;
- 16 - Eurípedes Garces do Nascimento - titular: João Gualberto de Sá Scheffer;
- 17 - Francisco Burzio - titular: Sérgio Brenner;
- 18 - Francisco Franco - titular: Adir Soares Mulinart;
- 19 - Gláucio Bandeira - titular: Hélio Brandão;
- 20 - Haroldo Beltrão - titular: Luiz Fernando Beltrão;
- 21 - Heraldo de Oliveira Mello - titular: Orlando de Oliveira Mello;
- 22 - João Bley Zornig - titular: Ruy Noronha Miranda;

- 23 - João Cândido Ferreira - titular: João Cândido Ferreira da Cunha Pereira.
- 24 - João Evangelista Espínola - titular: Egas Penteado Izique
- 25 - Joaquim de Mattos Barreto - titular: Ary de Christian
- 26 - Joaquim Ponto Rabelo - titular: Heinz Rucker
- 27 - Jorge Mayer Filho - titular: Daniel Egg
- 28 - José Loureiro Fernandes - titular: João Átila Rocha
- 29 - José Pereira de Macedo - titular: Acir Rachid
- 30 - Júlio Estrella Moreira - titular: Dirceu Rodrigues
- 31 - Júlio Szminanski - titular: Mirosław Constante Baranski
- 32 - Leocádio Corrêa - titular: Alberto Accioly Veiga
- 33 - Leônidas Ferreira - titular: Francisco de Paula Soares Filho
- 34 - Manoel Pedro dos Santos Lima - titular: Arnaldo Moura
- 35 - Manoel Pereira da Cunha - titular: Gastão Pereira da Cunha
- 36 - Maria Falce de Macedo - titular: Orlando Teodorico de Freitas
- 37 - Mário de Barros - titular: Carlos Franco Ferreira da Costa
- 38 - Miguel Izackzon - titular: Domício Pereira da Costa
- 39 - Milton Ericksen Carneiro - titular: Lauro Grein Filho
- 40 - Milton Macedo Munhoz - titular: Amaury Luciano Munhoz da Rocha
- 41 - Murilo Ferreira - titular: Leônidas Mocelim
- 42 - Napoleão Lyrio Teixeira - titular: José Alvarenga Moreira
- 43 - Nilo Cairo - titular: Ruy Leal
- 44 - Octávio Azevedo da Silveira - titular: Afonso Antoniuck
- 45 - Petit Carneiro - titular: Sanito Rocha
- 46 - Paulo Carneiro - titular: Israel Cat
- 47 - Reinaldo Machado - titular: Manoel Stenghel Cavalcanti
- 48 - Simão Kossoburski - titular: Iseu do Santo Elias Affonso da Costa
- 49 - Trajano Reis - titular: Hélio Germiniani
- 50 - Victor Ferreira do Amaral - titular: Laerte Justino de Oliveira.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja transcrito na ata dos trabalhos legislativos do dia de hoje, um voto de aplausos à COOPERATIVA DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DE CURITIBA e a sua primeira diretoria, eleita em Assembleia Geral, realizada no último dia 23, na sede da Associação dos Engenheiros Agrônomos, no Edifício Asa.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1979.

(a) MÁRIO CELSO

JUSTIFICATIVA:

Para os profissionais do jornalismo, a criação de uma Cooperativa de Trabalho surgiu no momento exato, para melhor entrosamento da classe e maior motivação em termos de opção.

Há mais de um ano um grupo de jornalistas vem se movimentando no sentido de criar a Cooperativa, visando primeiramente a criação de um jornal. Após contatos com os elementos da Cooperativa de Porto Alegre, ficou estabelecido que o melhor caminho seria o Coojortiba, uma Cooperativa de Jornalistas de Curitiba, integrando uma sociedade de trabalho que visa entre outros, a venda em comum da produção jornalística de seus associados. Todo o profissional, legalmente habilitado em jornalismo, publicidade, rádio e televisão, poderá desempenhar funções junto à Cooperativa, visando o desenvolvimento progressivo e a defesa de suas atividades de caráter comum. A Cooperativa possui a seguinte DIRETORIA: Firmino Dias Lopes (presidente), Milton Ivan Heller (vice-Presidente), Arnaldo Cruz, (secretário). MEMBROS EFETIVOS: José Eugênio de Souza, Dirceu Martins Pio, Mussa José Assis, Tarás Schnier. SUPLENTE: Altamiro Souza, Edgar Mileche, Regina

Armênia, Vera Lúcia Andrade, Rosemeire Tardivo. CONSELHO FISCAL: Aroldo Murá, Aramis Millarch, Hélio Teixeira de Oliveira. CONSELHO FISCAL SUPLENTE: Luiz Geraldo Mazza, Luiz Gonzaga Cipriano de Mattos e Eloá Cathi Lour.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições e atendidas as formalidades legais, REQUER um voto de aplauso à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, pela aprovação do projeto de lei do Deputado João Cunha, que revoga a Lei Falcão e estabelece normas para a propaganda eleitoral no Rádio e na Televisão.

Requer, outrossim, o envio de correspondência, comunicando o teor do presente às Lideranças da ARENA e do MDB na Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1979.

(a) NELTON FRIEDRICH

JUSTIFICATIVA:

É de significativa importância a atitude dos membros da C.C.J., da Câmara dos Deputados, ao aprovarem o projeto de lei de autoria do Deputado João Cunha (MDB-SP).

Os políticos situacionistas pregam a abertura democrática, mas ao mesmo tempo, determinam que os membros do partido governista não aprovem qualquer medida que parte da Oposição e que vise o aperfeiçoamento das instituições democráticas e a definitiva implantação do Estado de Direito.

Mesmo assim, nove dos dezenove arenistas membros da Comissão, inclusive o Presidente, Deputado Djalma Marinho, votaram contra a determinação da Liderança, pois concordam que os projetos da Oposição devem ser aprovados também, principalmente porque o MDB é que vem pregando a democracia desde sua fundação.

A Lei Falcão, sem dúvida alguma, é uma das leis draconianas e antidemocráticas de nosso sistema político, uma vez que não permite o amplo debate em torno de idéias e programas partidários.

Seria um absurdo que a Lei Falcão não caísse agora que tanto se fala em abertura. Esses nove Deputados deram um passo adiante ao unir-se à Oposição. É alentador à sociedade brasileira esta atitude, pois demonstra a vontade de políticos governistas pelo retorno, o mais breve possível, ao estado democrático.

A tradição histórica da política nos ensina que a classe política deve ousar. E, se ao longo dos últimos quinze anos os políticos da Situação tivessem ousado, ao invés de se omitirem, não teríamos ficado tanto tempo no obscurantismo que amordaçou a Nação inteira.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Casa, um voto de aplausos ao Excelentíssimo Senhor Dr. RENATO MEISTER, digníssimo Superintendente Regional da Rede Ferroviária Federal e ao Dr. NESTOR LUBI, Chefe do Distrito de Produção, sediados em União da Vitória, pela passagem do trigésimo quinto ano de instalação daquela Unidade.

O antigo 5.º Distrito de Transportes da RVPSC, hoje denominado Distrito de Produção, foi instalado em 1944, no dia 10 de julho, por ato do então Diretor Geral da Rede, Cel. DURIVAL DE BRITO E SILVA.

Aquela unidade foi criada em função de ser União da Vitória, um entroncamento ferroviário com um tráfego intenso, vindo em consequência beneficiar e acelerar o desenvolvimento das regiões Sul e Sudoeste do Paraná e da região do Vale do Rio do Peixe no Oeste Catarinense.

Requer, finalmente, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa ao Excelentíssimo Senhor Dr. Renato Meister, Digníssimo Superintendente da Rede Ferroviária Federal, com sede à Rua João Negrão, 940, Curitiba, e ao Dr. Nestor Lubi, Chefe do Distrito de Produção da Rede Ferroviária Federal, em União da Vitória, solicitando a este para que dê conhecimento deste a todos os funcionários do referido Distrito de Produção.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1979.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja determinado o encaminhamento à Comissão de Finanças e, posteriormente, respeitados os prazos regimentais, à Comissão de Recursos Humanos, o Projeto de Lei nº 79/79, em regime de urgência, o qual se encontra atualmente na Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1979.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, que após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. NIVALDO ALMEIDA NETO, digníssimo Secretário dos Transportes, apelando no sentido de que seja construída uma via de contorno da cidade de Palmeira, ligando a BR-277 a PR-151 - Palmeira - Ponta Grossa, tendo em vista que a passagem de veículos pelo centro da cidade, é sabido que traz sérios inconvenientes, tanto pelo perigo de acidentes que representa, como pela inevitável destruição do asfalto das ruas, que não tem condições de suportar um tráfego intenso, especialmente de veículos com cargas pesadas, desde que não foi previsto para isso.

Ainda, tendo em vista que, mesmo contrariando os interesses da comunidade, o acesso que deveria ser construído pela Avenida Mato Grosso, está sendo executado por outro local que se entende inadequado, especialmente para mão dupla, seja então adotado mais propriamente para saída, asfaltando-se nessas condições, a Avenida Mato Grosso, como antes estava previsto, para servir de acesso à cidade, por ser mais apropriado.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1979.

(a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhadas cópias do presente expediente aos Presidentes da Associação dos Servidores Públicos do Estado do Paraná e da Fundação "Casa do Trabalhador", a fim de que aquelas entidades tomem conhecimento da tabela anexa, comparativa entre os acréscimos de vencimentos atualmente previstos no art. 70, incisos I e II, da Constituição Estadual, e aqueles a que se referem os destinatários como "prejudiciais às mulheres" e que estariam inseridos em Proposição de Emenda à Constituição do Estado, de autoria do signatário do presente em conjunto com o ex-Deputado Ivo Thomazoni, que está tramitando nesta Casa.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1979.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Os funcionários públicos do Estado do Paraná, atualmente, segundo nossa Constituição Estadual, tem direito aos seguin-

tes acréscimos de vencimentos, previstos em seu art. 70:

"Art. 70 - O funcionário terá acréscimo aos vencimentos:

I - de cinco em cinco anos de exercício, cinco por cento, até completar vinte e cinco por cento.

II - ao completar trinta anos de exercício, cinco por cento por ano excedente, até o máximo de vinte e cinco por cento".

Essas incorporações, segundo os parágrafo desse mesmo artigo, são imediatas, e a vantagem é reconhecida para os integrantes das corporações militares.

Como podemos notar, tanto os homens quanto as mulheres, além dos quinquênios, em número de cinco (05), somente terão direito à percepção dos adicionais, também em número de cinco (05), APÓS COMPLETAREM TRINTA ANOS DE EXERCÍCIO.

Pelo sistema ATUAL, portanto, as mulheres que podem solicitar aposentadoria aos trinta anos de serviço, estariam sofrendo sensível prejuízo.

Todavia, qualquer servidor público estatutário, MESMO OS APOSENTADOS, estão ameaçados de perder os adicionais em razão de Arguição de Inconstitucionalidade do inciso II do art. 70, que se encontra tramitando no Supremo Tribunal Federal, por iniciativa do Procurador Geral da República.

Efetivamente, não sabemos se a Representação oferecida contra aquele dispositivo será julgada procedente ou não, mas sabemos perfeitamente que, no segundo caso, TODOS OS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO PARANÁ PERDERÃO O DIREITO AOS ADICIONAIS.

Pensando em prevenir e não em remediar, fomos buscar valiosos subsídios na Constituição do Estado de São Paulo, a qual dá a seus servidores, ALÉM DE SETE QUINQUÊNIOS, MAIS A SEXTA PARTE, quando completam vinte e cinco anos de serviço, INDEPENDENTEMENTE DO SEXO DO FUNCIONÁRIO, para elaborarmos, juntamente com o ex-Deputado Ivo Thomazoni, Proposição de Emenda ao art. 70, INCISOS I e II e não somente Inciso I, de Nossa Carta Magna Estadual, o qual passaria a ter a seguinte redação:

"Art. 70 - O funcionário terá acréscimo aos vencimentos:

I - de cinco em cinco anos de exercício, cinco por cento, até completar trinta e cinco por cento.

II - ao completar vinte e cinco anos de exercício, à incorporação da SEXTA PARTE SOBRE OS VENCIMENTOS INTEGRAIS, PARA TODOS OS EFEITOS".

Daí se depreende o equívoco que teria levado a Presidência da segunda entidade a que nos dirigimos, e que certamente desconhece o texto integral da Proposição de Emenda, ora em trâmite nesta Casa, a interceder junto à Comissão Especial, para que a mesma não seja aprovada.

Quanto ao teor do expediente endereçado à mesma Comissão pela Associação dos Servidores Públicos do Estado, não o conhecemos, mas, queremos esclarecer que a responsabilidade pelo parecer contrário, deve-se a quem intercedeu nesse sentido e àqueles que acataram as argumentações em contrário.

É louvável que se propugne pela promulgação de projetos de lei que teria concedido os adicionais para as mulheres a partir dos vinte e cinco anos de exercício. Todavia, essa luta parece-nos tão temerária quanto aquela que se desenvolve no Supremo Tribunal Federal, pela manutenção do texto do inciso II, do artigo 70.

Para finalizar e evitar maior polémica sobre o assunto, queremos esclarecer aos Servidores Públicos do Paraná que, aprovada a nossa Emenda, será observado o direito adquirido àqueles que optarem pelos acréscimos previstos no sistema anterior, se assim se manifestarem, e para que tenham uma noção dos PREJUÍZOS que poderão ter, segue uma Tabela Comparativa entre o sistema atual e o proposto pelos Parlamentares que subscreveram a Proposição de Emenda:

TABELA COMPARATIVA DE BENEFÍCIOS

TEMPO DE SERVIÇO	SISTEMA ATUAL	SISTEMA PROPOSTO	DIFERENÇA
5 até 10 anos	5,00 %	5,00 %	-
10 até 15 anos	10,25 %	10,25 %	-
15 até 20 anos	15,76 %	15,76 %	-
20 até 25 anos	21,54 %	49,27 %	21,26 %
25 até 30 anos	27,61 %	15,76 %	21,74 %
30 anos	33,99 %	56,73 %	+ 22,74 %
31 anos	40,68 %	56,73 %	+ 16,05 %
32 anos	47,71 %	56,73 %	+ 9,02 %
33 anos	55,09 %	56,73 %	+ 1,64 %
34 anos	62,84 %	56,73 %	- 6,11 %
35 anos	62,84 %	64,66 %	+ 1,72 %

OBSERVAÇÃO: As mulheres poderão se aposentar com 22,74% a mais do que lhes faculta o Sistema Atual e o percentual recebido a mais (6ª parte) a partir dos 25 anos cobrirá com imensa margem o aparente déficit de 6,11 do último adicional hoje concedido aos 34 anos de serviço.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor, no uso de suas atribuições, atendidas as formalidades legais, REQUER sejam encaminhadas solicitações à Secretaria de Estado da Agricultura, Superintendência de Recursos Hídricos e Meio-Ambiente - SUREHMA, Delegacia de Proteção ao Meio-Ambiente, Cotriguaçu (e singulares), para que, em CONJUNTO, desenvolvam amplo e sério programa de controle no uso de inseticidas nas áreas de produção agrícola, em especial no Oeste, fazendo com que haja rompimento no atual esquema de comercialização de defensivos agrícolas, dominado pelos interesses mercantilistas e em total liberalidade, possibilitando, assim, a proibição no que couber, além de se estruturar uma campanha altamente conscientizadora dos malefícios que causa tal prática indiscriminada e cientificamente condenável, acrescido das consequências nefastas no setor ambiental.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1979.

(a) NELTON FRIEDRICH

JUSTIFICATIVA:

a) - A cada dia que passa, o Oeste do Paraná se intoxica mais, face ao uso abusivo e indiscriminado, de defensivos agrícolas.

Diariamente, 52 QUILOS DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS SÃO DESPEJADOS SOBRE AS LAVOURAS DAQUELA REGIÃO, cabendo aos inseticidas clorados (os mais perigosos e malefícios), fosforados e carbamatos a maior parcela no envenenamento gradual do meio ambiente oesteño.

b) - Seguidamente, a situação se agrava, com pessoas internadas nos hospitais, intoxicadas, diversos casos de óbitos, deficiências físicas e mentais, bem como o envenenamento de pastagens e mortandade de animais (como recentemente ocorreu nos Municípios de Palotina e Santa Helena). Os rios, a rigor, estão sofrendo rápido processo de morte biológica.

c) - Segundo levantamento feito no ano passado, pela Defesa Sanitária Vegetal do Núcleo da SEAG em Cascavel, a demanda de defensivos agrícolas na região (composta de 20 municípios), em 1978, foi de 52 toneladas por dia, sendo empregadas 6.500 toneladas de inseticidas clorados, 8.100 toneladas de fosforados, 500 toneladas de carbamatos e 100 toneladas de outros tipos de defensivos. Além desses produtos, o Oeste utilizou 2.100 toneladas de herbicidas e 1.700 toneladas de fungicidas;

d) - Deduz-se pois, a gravidade da situação, onde os esquemas de comercialização de tais produtos são os mais escandalosos possíveis, sem orientações definidas, obrigatórias e controladas, dominando o interesse mercantilista, sem observação das proibições existentes no Brasil e em outros países.

e) - Por isto, este apelo para que os órgãos nominados, juntamente com as cooperativas e entidades comunitárias de cada município do Oeste, desenvolvam sério e amplo programa de rompimento ao atual estado de coisas, com rigorosa fiscalização ao uso de defensivos agrícolas, bem como haja uma bem estruturada campanha conscientizadora dos malefícios que tal prática causa ao homem, aos animais e a todo o meio ambiental.

f) - Das autoridades estamos esperando resposta efetiva ao reclamado, para que a ação seja profunda e definitiva, para que salvemos nossa gente, nosso solo e a vida do amanhã.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Sr. Governador do Estado do Paraná, solicitando providências no sentido de responsabilizar as pessoas que, se utilizando de um veículo oficial (chapas CE 1245), jogavam pela via pública livretos com a biografia de Caetano Munhoz da Rocha, num ato condenável sob todos os aspectos.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1979.

(a) MÁRIO CELSO

JUSTIFICATIVA:

O Governo do Estado do Paraná, em comemoração ao primeiro centenário do nascimento de Caetano Munhoz da Rocha, mandou imprimir, na Imprensa Oficial, um livreto especial, onde a apresentação foi feita pelo Governador Ney Braga e cujas notícias biográficas foram elaboradas pelo jornalista Samuel Guimarães da Costa, do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná.

Acontece, que dias atrás, precisamente na sexta-feira, da 23 de junho do corrente ano, uma camioneta C-10 de placas CE 1245, do Governo do Estado, trafegava pela Rua Almirante Tamandaré, jogando pela via pública tais livretos.

Uma atitude condenável, gerando um verdadeiro desrespeito à coisa pública, ferindo até mesmo a própria apresentação do livreto, que realça as qualidades do homenageado.

Acreditando ser apenas uma atitude isolada dos três ocupantes do veículo oficial, pois não posso admitir que estivessem orientados pelo alto escalão, solicito providências para que fatos lamentáveis como este não se repitam.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor deste, no uso de suas atribuições e atendidas as formalidades regimentais, REQUER seja encaminhada solicitação aos Ministérios das Minas e Energia, Indústria e Comércio (Secretaria de Tecnologia Industrial - STI), ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e ao Presidente da República, para que a produção de álcool e sua distribuição, bem como todo o desdobramento do PROGRAMA NACIONAL DO ALCÓOL (PROÁLCOOL), não quebrem o monopólio estatal no campo energético, fazendo com que todos os setores de

tal iniciativa (tanto quanto aos bens de capital, produção de combustível ou fornecimento de insumos—, sejam explorados exclusivamente por empresa brasileira, sem qualquer intervenção de capital ou grupo(s) estrangeiro(s).

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1979.

(a) NELTON FRIEDRICH

JUSTIFICATIVA:

a) — O programa do álcool evidencia uma efetiva resposta brasileira à crise energética, desde que implementado com seriedade e disposição, já que foi criado em 1975, e até o presente não passou de mera promessa e indecisão prática do Governo;

b) — No entanto, quando o assunto é o Programa Nacional do Alcool voltam à ordem dos acontecimentos prioritários do País, através da liberação de mais de 125 milhões de cruzeiros, nos próximos seis anos, há que se definir politicamente a questão, para que o empresariado brasileiro e a PETROBRÁS (ou ALCOBRÁS, se for o caso), tenham absoluta exclusividade sobre tal programa, seu desenvolvimento e ações afins;

c) — Permitir que o capital estrangeiro ou grupos multinacionais tenham presença, qualquer participação ou atuação (direta ou indireta) no programa do álcool, é patrocinar a perda irreversível da autonomia nacional no setor de energia alternativa, com gravíssimas consequências à segurança do Brasil;

d) — Ainda mais, em se tratando de um programa onde possuímos condizente tecnologia nativa para desenvolvê-lo da maneira mais adequada aos interesses genuinamente nacionalistas.

Assim, cabe a todos nós a preocupação séria com a questão, mobilizando e pressionando, para que a produção de álcool e todos os demais setores ligados ao aproveitamento energético e químico do mesmo SEJAM EXCLUSIVAMENTE DESENVOLVIDOS PELOS BRASILEIROS, numa ampla e sólida cooperação entre povo e Governo, para que nada, absolutamente NADA, seja entregue aos interesses multinacionais.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, atendendo as formalidades regimentais, submete à apreciação do Plenário, pedido para o envio de expediente ao Sr. Coordenador Regional do INCRA, solicitando ao mesmo que se digne informar sobre a legalização de várias áreas de terras localizadas no Município de Nova Aurora, cujos posseiros possuem documentação legal, inclusive com o pagamento dos impostos cobrados por este mesmo órgão.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1979.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

Como é de praxe, este Deputado solicita informações ao INCRA, a fim de não incorrer em conclusões levianas sobre a grande problemática até hoje existente em relação à documentação de terras em nossa região.

Desta feita as informações prendem-se à documentação que está de posse dos posseiros que residem em áreas de terras há mais de vinte anos, após terem requerido junto ao DGTC o direito de posse, e que ainda hoje estão recolhendo os impostos devidos, conforme é de conhecimento deste mesmo órgão, e mesmo assim ainda não receberam a titulação definitiva.

Ao lado desta espera, continua a incerteza, a insegurança e o temor, pois quase todas as áreas de terras pertencentes a posseiros, trabalhadores humildes, continuam sendo invadidas pelos jagunços a mando de seus patrões. Várias famílias, além da família Bálico, está até hoje encurralada num cercado de mais de quatro alqueires de terra. O cerco foi feito por jagunços que até hoje ainda ameaçam aquela gente. Vários outros casos existem naquele município, onde vimos de perto a miséria ao lado do medo, e o temor ao lado da insegurança, gerarem um clima de tensão às famílias de humildes trabalhadores que já

chegaram a apelar inclusive ao então Presidente da República, visando uma solução para o caso. Em Nova Aurora, grassa portanto a insegurança, a perturbação da ordem com a perseguição a posseiros, ameaças inclusive de morte aos que se dispuserem a enfrentar a gang de jagunços.

Estas ocorrências verificam-se devido à não titulação oficial aos requerentes de terras que, desde 1958, em sua maioria, residem naquela área, após seus requerimentos terem sido deferidos pelo ex-Governador da época, Moysés Lupion de Tróya.

É necessário que o INCRA regularize tal situação, pois a continuar esta situação geradora de insegurança e terror, poderemos ter ainda, como aconteceu em 1958, uma reedição da revolta dos posseiros diante de tantas injustiças que são cometidas contra eles.

Aguardamos contar com informações oficiais junto a este organismo, para que possamos levar até aquela gente uma palavra de esperança e acima de tudo, que seus direitos serão respeitados, e uma definição, portanto, se faz necessária com urgência.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. OSWALDO ROBERTO COLLIN, digníssimo Presidente do Banco do Brasil, solicitando as suas providências, no sentido da verificação da atuação do Inspetor do referido Banco, Sr. Célio José Gallerani, no Município de Jacarezinho.

Outrossim, requer ainda, dada a aprovação do presente, seja dada ciência do inteiro teor do presente requerimento, bem assim do pronunciamento no Pequeno Expediente da sessão de hoje, anexando-se os recortes do jornal "Folha de Londrina", juntos, ao Sr. Presidente do Banco do Brasil, para maiores esclarecimentos.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1979.

(a) FLORISVALDO PALÁCIOS

JUSTIFICATIVA:

No início do ano, quando se anunciava a transferência do Sr. Ramon Paschoal Pons, Gerente do Banco do Brasil em Jacarezinho, as mais altas autoridades do Estado do Paraná, entre elas o então Governador, Jayme Canet Júnior, o atual Governador do Estado, Ney Braga, os Senadores José Richa e Hamilton Vilella Magalhães e vários Deputados Estaduais, dentre eles o subscritor do presente, deram seu total apoio à permanência daquele titular junto à agência daquele Banco, isto porque, em cinco anos de atuação em Jacarezinho, o Sr. Ramon Paschoal conciliou os interesses dos produtores com os do Banco, realizando um trabalho digno dos maiores encômios.

Posteriormente, autorizada a sua permanência, o Banco do Brasil enviou, como medida rotineira, a Jacarezinho, o seu Inspetor, Sr. Célio José Gallerani, que, extrapolando as suas funções de inspeção, imiscuiu-se em problemas que fogem completamente de sua alçada e da sua esfera de atividades, trazendo intranquilidade a todos os correntistas e demais clientes que operam com o Banco, no cumprimento do que qualifica de "missão sigilosa" que lhe foi confiada.

Sabedor de que não é do interesse do Banco do Brasil a intervenção de um seu inspetor no sentido de denegrir o bom nome da instituição e nem a queda de correntistas e clientes e de que a persistir este estado de coisas, com visível intenção de ferir sub-repticiamente o bom nome do seu excelente gerente, aquela agência sofrerá, e muito, em seu movimento, venho solicitar imediatas providências no sentido de ser verificada a exata atribuição do Inspetor já referido e compará-la com suas atividades, tomando-se consecutivamente as atitudes que são esperadas por toda a população daquele município do norte pioneiro.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 64/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, pertencente a São João do Ivaí, a fim de consultar sua população sobre a criação do Município de LUNARDELLI.

- "Começa no Rio Ivaí no ponto de encontro da linha norte da Fazenda Suíça, seguindo pela referida linha no rumo sudoeste até alcançar o Rio Bulha, pelo qual sobe até alcançar a linha norte da Fazenda Lunardelli, e por esta rumo sudoeste até alcançar o Córrego Mangueirão, e por este acima até sua nascente, de onde por uma linha seca alcança a nascente do Córrego Cata-Briga, e por este abaixo até alcançar a linha sul da Fazenda Lunardelli, que faz divisa com o Município de Jardim Alegre, deste ponto segue rumo nordeste até alcançar o povoado Pouso Alegre, de onde alcança a nascente do Córrego Guaritá, e por este abaixo até sua foz no Rio Ivaí, pelo qual desce até alcançar a linha norte da Fazenda Suíça, ponto de partida".

Art. 2.º - A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1979.

(a) GILBERTO CARVALHO

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 92/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, com sede e foro na cidade de Paranaguá.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1979.

(a) AIRTON CORDEIRO

JUSTIFICATIVA:

Esta entidade atende todos os requisitos exigidos em lei para seu reconhecimento como de utilidade pública, além de efetivamente prestar relevantes serviços à comunidade de Paranaguá. Dedicar-se à alta tarefa de atender menores de seis meses até seis anos de idade, e é dirigida por senhoras abnegadas, dotadas de extraordinário valor humano. Pela obra social que desempenha, a Associação Assistencial Nossa Senhora do Rosário é merecedora da declaração proposta presentemente.

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na semana passada, tive oportunidade de referir-me, no Grande Expediente, sobre os problemas que estão enfrentando os municípios da faixa de segurança, principalmente o Município que também represento, Mal. Cândido Rondon.

Dizia então, naquela ocasião, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de que a falta de eleições diretas para prefeitos naqueles municípios, eram, em parte, responsáveis pela falência, pelo esvaziamento, pela descapitalização daqueles municípios.

E, ao voltar da região, em constatando de que se ameaça, naquela mesma avenida a que me referia, Avenida Rio Grande do Sul, de Mal. Cândido Rondon ameaça-se fechar um restaurante, apesar dos vários estabelecimentos já fechados, dada a crise econômica que está passando, ameaça-se fechar o estabelecimento pela simples razão alegada pelo Prefeito Municipal, por não ter dois andares.

Além disso, referia-me também a um grande mausoléu que está se construindo naquele município, referindo-me ao

Paço Municipal. Pese que Mal. Cândido Rondon tem seis indústrias de móveis, mas nenhuma delas foi consultada, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando foram adquiridos os móveis em outros municípios.

Pergunto eu, é desta forma que quer se prestigiar o município? É desta forma que se quer o progresso do município, quando as pequenas e poucas indústrias existentes não são consultadas? São marginalizadas do processo na construção do Paço Municipal, ou pelo menos, na mobília que deverá integrar aquele Paço.

Mas venho hoje, Sr. Presidente, nobres Deputados, trazer um assunto que me toca mais pessoalmente: é a questão do ensino já referido naquela região; pesa denúncia de que obrigando aos pais, inclusive de estabelecimentos gratuitos, a pagarem taxa de consulta médica de cem cruzeiros para um exame preventivo.

Sabe-se, Srs. Deputados, de que um exame preventivo está a cargo dos postos de saúde que não funcionam, e os pais são obrigados a pagar cem cruzeiros, por aluno; e muitos pais encontram dificuldades neste sentido.

Mas, o que é de maior gravidade - o magistério, entendo eu, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, deve ser isento de influências político-partidárias e político-eleitorais. Os professores, a quem rendemos nossa homenagem, devem ficar livres de quaisquer pressões estranhas às suas funções, para que possam dedicar-se assim, com todo o seu esforço, inteligência e carinho, à formação dos jovens de nossa terra.

Isto entretanto, não ocorre em Mal. Cândido Rondon. E nós continuamos nos obrigando a contestar aquele pronunciamento, neste momento, contra o mandonismo de caciques políticos no setor de ensino público e particular que tem alijado do labor educativo professores das escolas, simplesmente porque não se dobravam aos apetites políticos e eleitorais daqueles caciques, dos assim chamados biônicos.

E para concluir, Sr. Presidente, trago aqui apenas um exemplo lamentável. Tenho em mãos várias provas aplicadas numa escola em Porto Mendes, um Distrito de Mal. Cândido Rondon. Uma prova bimestral de moral e cívica, conforme está aqui. Nesta prova, o professor, querendo agradar os caciques políticos daquela região, resolveram fazer uma prova com as seguintes perguntas: perguntando em primeiro lugar se estavam presentes os alunos no ato cívico do dia 07 de setembro de 1978. Vejam bem que era véspera de eleições.

Aos que respondiam "não", recebiam um erro; aos que respondiam "sim", recebiam como resposta correta. Mais grave porém, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é a pergunta que foi feita: Quem foram os discursadores? Veja o português que se aplica naquelas escolas. Quem foram os discursadores.

E aqueles que sabiam, que estavam presentes, recebiam resposta certa; os outros não. Além disso, pergunta-se inclusive no maior desmando político, quantas vezes o Deputado foi de Curitiba a Mal. Cândido Rondon em favor do seu município? E o aluno respondeu, Sr. Presidente, muitas e muitas vezes. Errado. Ele tinha que saber exatamente que era 92 vezes que o Deputado foi de Curitiba ao seu município em benefício da região. É isso o que se ministra nas escolas de moral e cívica em Mal. Cândido Rondon. Uma verdadeira aberração, uma verdadeira vergonha.

Pobres desses alunos, que um dia chegarão a Curitiba para enfrentar um vestibular, e ali será talvez perguntado, um dia, quem é a maior autoridade cívica do Paraná. E como não aprendeu outra coisa, haverá de dizer que é o Vereador Alfredo Kunkel, ou talvez o Deputado Werner Wanderer.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, nobre Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O assunto que nos traz hoje à tribuna, é um assunto que vem preocupando todo o Vale do Paranapanema, e em especial o Município de Porecatu, que tem em sua sede uma Usina de Produção de Açúcar e Alcool, cuja usina, segundo a imprensa estadual e nacional, no dia de hoje paralisaria as suas atividades.

E nós, na condição de representante daquela cidade pelo Partido da Oposição, temos o dever e a obrigação de trazer ao conhecimento desta Casa, do Paraná, certos fatos que vêm ocorrendo ao longo destes últimos anos e que tem como protagonista principal a Usina Central do Paraná, pertencente ao grupo, controvertido e comentado, Atalla.

E nós, nesta tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, encaminhamos à Mesa um requerimento, através do qual solicitamos seja enviado telex ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, bem como aos Srs. Ministro da Indústria e do Comércio, e do Trabalho, solicitando dos mesmos providências urgentes e energéticas para colocar um paradeiro na crise que hoje, lamentavelmente, envolve toda a região do Vale do Paranapanema. — (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o Plenário, que seja enviado telex aos Srs. Presidente da República e Ministros da Indústria Comércio e do Trabalho, solicitando urgentes providências diante da situação por que passa a USINA CENTRAL DO PARANÁ, de Porecatu, pertencente ao Grupo Atalla, que, segundo notícias, no dia de hoje paralisaria suas atividades.

Se tal ocorrer, Sr. Presidente, o Município de Porecatu, bem como toda a região do Vale do Paranapanema, será violentamente prejudicado, de uma vez que a Usina Central do Paraná, bem ou mal, é responsável por uma absorção de mão-de-obra muito grande, e caso se concretize sua paralisação, mais de 10.000 trabalhadores serão despedidos e, conseqüentemente, será criado um dos mais sérios problemas sociais que o Estado do Paraná já enfrentou, tornando quase que impossível a sobrevivência daquele município, diante, inclusive, da queda na arrecadação, pois a aludida empresa é responsável por mais ou menos oitenta por cento da sua receita tributária.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1979.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

A Usina Central do Paraná - uma das maiores de açúcar e álcool instalado no mundo - pertencentes ao controvertido Grupo Atalla, em Porecatu, neste Estado, segundo notícias através da imprensa estadual e nacional, poderá parar de funcionar no dia de hoje, caso o Grupo não consiga a liberação de empréstimo que reivindique há alguns meses junto ao Banco do Brasil.

O Prefeito Municipal ameaça de renunciar ao cargo, caso se confirme o fechamento da Usina, que representa 80 por cento da arrecadação além do problema social que resultará, ao meu ver o mais sério, tornando impossível a sobrevivência do município, com o desemprego de mais de 10.000 trabalhadores.

A preocupação do Deputado que o presente subscreve, não é com a situação por que passa a Usina no campo econômico-financeiro, mas sim com as suas conseqüências no campo social, pois de sua paralisação, milhares de famílias ficarão ao desamparo com seus chefes desempregados. Reside aí pois, a minha grande preocupação.

A região do Vale do Paranapanema, que já vem sofrendo as conseqüências das geadas de 75 e das estiagens de 77/78, bem como da injusta e desacertada política governamental no campo da agricultura, não pode agora ficar à mercê de uma situação difícil por que passa a Usina Central do Paraná, diante de desmandos, abusos e desvios de aplicação de recursos obtidos

quer junto a órgãos públicos ou a órgãos financeiros particulares do Brasil e do Exterior.

Por conseguinte, entendo que o Governo Federal através de seus Ministérios competentes, não pode ficar distante de um problema tão sério como esse.

Não pode admitir que a direção da Usina Central do Paraná utilize de argumentos intimidatórios para obtenção de recursos financeiros junto ao Banco do Brasil, como é o presente caso, e muito menos permita que a referida empresa, através desse instrumento, continue a derramar pânico e insegurança a uma população necessitada e cuja sobrevivência está intimamente ligada ao seu funcionamento.

O objetivo deste Parlamentar não é o de pressionar o Governo a conceder o empréstimo pleiteado pelo Grupo Atalla, mesmo porque, o poder público dispõe de meios legais para intervir na Usina Central do Paraná, quer através de desapropriação ou outros caminhos, para impedir que ali se estabeleça o caos social. O objetivo pois, do presente, é impedir que ocorra o caos social.”

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, nobre Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Três requerimentos estão sendo encaminhados por nossa pessoa a esta Casa: um, dizendo respeito ao voto de aplauso à CCJ da Câmara dos Deputados, frente à aprovação de um projeto de lei de autoria do Deputado João Cunha, que revoga a Lei Falcão, com voto de Deputados arenistas, inclusive do Deputado Federal Paulo Pimental, do Paraná.

Outrossim, Sr. Presidente, requer seja encaminhado solicitação ao Ministério das Minas e Energia, Ministério da Indústria e Comércio, Conselho de Desenvolvimento Econômico e ao Presidente da República, quanto à permanência do monopólio estatal no campo energético para que, mesmo agora que nós temos o programa proálcool, não venham grupos estrangeiros ou o capital multinacional, se envolver neste assunto, onde temos uma alta tecnologia nativa que pode dar resultados excelentes com “Know How” nosso neste setor.

Mas, Sr. Presidente, viemos a esta tribuna no dia de hoje para argumentar o requerimento que diz respeito à solicitação de medidas urgentes e rigorosas quanto ao uso indiscriminado de inseticidas nas regiões produtivas, e em especial no Oeste do Paraná.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a imprensa do Estado tem destacado nos últimos dias o uso abusivo de inseticidas em determinadas áreas do Oeste paranaense. A cada dia que passa, o Oeste se intoxica mais face a esse uso abusivo e indiscriminado uso de defensivos agrícolas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, diariamente, 52 mil quilos de defensivos agrícolas são despejados sobre as lavouras daquela região; 52 toneladas diariamente são jogadas de defensivos agrícolas. Cabendo, aos inseticidas clorados, os mais perigosos e maléficos, aos fosforados e carbamatos, a maior parcela do envenenamento gradual do meio ambiente hostil.

Sr. Presidente, esta triste conclusão facilmente se tira do relatório panorâmico da região, elaborado pela defesa sanitária vegetal do núcleo da CEAD em Cascavel, que contém, entre outros dados, os índices da demanda de defensivos inseticida, fungicidas e herbicidas, registrados nos 20 municípios do Oeste, no ano que passou.

Segundo esse relatório, Sr. Presidente, em 1978, foram consumidas 19 mil toneladas desses produtos, o que dá uma média de utilização de 52 toneladas por dia. Foram empregadas 6.500 toneladas de inseticidas clorados, 8.100 toneladas de fosforados; 500 toneladas de carbamatos e 100 toneladas de outros tipos.

Além disso, o Oeste utilizou 2.100 toneladas de herbicidas

1.700 toneladas de fungicidas. Os municípios que mais tiveram o consumo deste envenenamento gradativo de inseticidas clorados, foram Cascavel: 723 toneladas; Mal. Cândido Rondon, 645 toneladas; Assis Chateaubriand e Palotina, mais de 500 toneladas, cada um.

Esses dados, Sr. Presidente, Srs. Deputados, expressivos e angustiantes, nós devemos levar em conta. E há poucos dias ainda, o ecologista José Lufftenberg, num pronunciamento feito na cidade de Londrina, sendo um dos mais conhecidos defensores do meio ambiente no Brasil, classificou o comércio de pesticidas como uma das coisas mais escandalosas que se pratica no País. E disse Lufftenberg: o vencedor empurra o que quer e dá a orientação para o agricultor usar mais.

Sr. Presidente, são tantas as justificativas que nos levaram a este requerimento, para que sejam encaminhadas solicitações à Secretaria de Estado da Agricultura, Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente, Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente, à própria Cotriguaçu e singulares, para que, em conjunto, desenvolvam amplo e sério programa de controle no uso de inseticidas, nas áreas de produção agrícola no Paraná, e em especial no Oeste, fazendo com que haja rompimento no atual esquema de comercialização de defensivos agrícolas, dominado pelos interesses mercantilistas, e em total liberdade, possibilitando, assim Sr. Presidente, uma proibição séria no que coibir, além de se estruturar uma campanha altamente conscientizadora dos malefícios que causa tal prática indiscriminada e cientificamente condenável.

Devemos ainda, crescer, Sr. Presidente, as consequências nefastas no setor ambiental.

Sr. Presidente, nós convocamos a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para que dê integral apoio a esta nossa petição, objetivando que estes órgãos, com as cooperativas, com todas as entidades comunitárias da região, possam, uníssonas, num programa sério, objetivo e bastante prático, desenvolver um trabalho também sério, objetivo e prático, porque não podemos mais é permitir, que cada dia os hospitais regionais do Extremo Oeste do Paraná, recebam internamento de pessoas intoxicadas pelo mau uso de defensivos agrícolas, e esta intoxicação e este envenenamento se pratica também e acontece nas pastagens e nos animais, e na morte biológica dos nossos rios.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, precisamos, com rigor, tomar efetivamente medidas urgentes para esse uso indiscriminado de inseticidas em todo o Paraná, e em especial o Oeste.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra, ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, nobre Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "Londrina assiste, perplexa, a ocorrência de mais um ato absurdo e revoltante.

Depois do episódio da demissão de cinco docentes e que culminou com uma greve de 37 dias no Hospital Universitário, a cidade, estarecida e indignada, assiste a mais um ato inconsequente. Em cena, os mesmos personagens: Hospital Universitário, Reitoria da Universidade, Coronel-Médico Rubens Passerino Moura, Diretor Administrativo do HU, e ainda a Fundação Hospitalar do Paraná e a Secretaria de Saúde do Estado.

A população do Norte do Paraná tomou conhecimento, através da imprensa, do fechamento do Sanatório de Tuberculose, que funcionava anexo ao Hospital Universitário.

A decisão partiu da Fundação Hospitalar do Paraná, órgão vinculado à Secretaria de Saúde, sob a alegação de que existia um número elevado de leitos ociosos, em detrimento do hospital geral.

Sábado cedo, segundo o jornal "Folha de Londrina", os pacientes do sanatório denominado "Noel Nutels", embar-

caram em três ônibus, com destino a Curitiba e Lapa, onde já se acham internados. Foram momentos de emoção, e muitos doentes chegaram a chorar, pois não queriam ser removidos.

Muitas famílias não concordaram com a transferência, pois a medida criará uma série de transtornos.

O Sanatório de Tuberculose de Londrina é o único na região Norte do Estado, e foi inaugurado em 1968, pelo então Secretário de Saúde do Paraná, Dalton Paranaíba, no Governo Paulo Pimentel. A construção do sanatório era uma aspiração antiga da região tanto é que a obra demorou 14 anos para ser concluída.

O Paraná fica agora com quatro sanatórios: Curitiba, Lapa, Antonina e Jaguariaíva. E o atendimento na região Oeste, Sudoeste, Noroeste, Norte e Norte Pioneiro?

Segundo o médico Dalton Paranaíba, ex-Secretário de Saúde, em cuja gestão o hospital foi concluído e inaugurado, é comum a gente ver o Governo abrir hospitais, mas fechar hospitais chega a ser um absurdo, quando se sabe que o brasileiro é subnutrido, alvo fácil para qualquer tipo de doença, principalmente a tuberculose, resultante da fome e das condições sub-humanas.

São atitudes que estarrecem e por mais que as autoridades responsáveis tentem explicar, é difícil de convencer. Londrina, segunda cidade do Estado, tem sido vítima ultimamente. Dá a impressão que estaria existindo um esquema no sentido de desagregar as principais instituições londrinenses.

A tuberculose é um fato, é uma realidade triste no Norte do Paraná. E o doente precisa do apoio moral dos familiares. Com a transferência, esse contato fica difícil, pois são famílias pobres. Se o Governo quer fechar hospitais, que liquide com a doença primeiro.

O Coronel-médico Rubens Passerino Moura, Diretor-Administrativo do HU, tentou justificar a medida, porém é difícil aceitar qualquer tipo de explicação.

Dos 99 pacientes internados no setor de Tisiologia do HU, 41 receberam alta, 43 foram transportados para Curitiba e Lapa, e 15 ainda continuam internados, mas também deverão ser transferidos. Passerino disse que a medida não visa roubar uma especialidade do HU, mas sim, dar maiores condições aos pacientes, para poderem se tratar mais convenientemente.

A decisão, segundo Passerino, foi tomada por consenso, entre a Fundação Hospitalar do Paraná e a Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, com o "sinal verde" do Reitor Pinotti.

Explicava ainda o Diretor o problema da ociosidade de leitos: Londrina contava normalmente com 20 a 30 leitos desocupados. Em Curitiba e na Lapa, a média de ociosidade é de 250 leitos.

Ora, esses números não justificam o fechamento do Sanatório de Londrina, que atendia mais de cem municípios.

Para resolver o problema da ociosidade dos hospitais de Curitiba e da Lapa, a Fundação e a Secretaria, simplesmente fecham o Sanatório de Londrina. Está certo? Os critérios são justos?

O coronel-médico que foi a Londrina com a missão de fazer um diagnóstico no HU, terá a sua missão encerrada no dia 05 de julho, quando deverá retornar a Curitiba. E vai deixar um triste saldo no HU. Conseguiu, num tempo recorde, implantar um regime de terror, demitindo docentes da mais alta qualificação, gerando uma greve e por fim, acaba fechando um sanatório de tuberculose.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, em nome da população do Norte do Paraná, fazemos aqui um apelo ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário de Saúde, que, segundo se comenta, estaria de viagem marcada para os Estados Unidos, onde ficaria dois anos. Em nome das famílias dos tuberculosos que estavam internados no Hospital "Noel Nutels", o pedido: deixem de destruir as instituições de Londrina.

O Sr. Governador fala tanto em abertura, fala tanto em

diálogo, mas parece que alguns de seus Secretários não estão acompanhando esta linha. Que o Governador assuma a boléia e tome as rédeas da situação, pois os acontecimentos registrados no Hospital Universitário de Londrina, marcaram muitos pontos negativos ao atual Governo do Estado”.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao quinto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Durante a campanha política, propusemos um programa ao eleitorado do Paraná, e nos comprometemos a cumpri-lo.

E, em um dos itens do programa que apresentamos, à apreciação do Paraná, estava o desmantelamento do aparelho repressivo do Estado.

E uma forma que encontramos para desativar os aparelhos de repressão que existem, foi através desta Assembléia Legislativa, com a apresentação de um projeto de lei que esperamos que os Srs. Deputados com assento nesta Casa, apoiem esse projeto de lei que extingue a Delegacia de Ordem Política da Secretaria da Segurança Pública, e veda inclusive, a criação de qualquer órgão policial que tenha como função a busca, a coleta, o processamento de informações sobre atividades de caráter político, bem como de repressão a essas atividades.

Logo após a apresentação desse projeto de lei, tomamos conhecimento, através dos jornais, que o nobre Deputado Líder da ARENA, já se colocou contra o mesmo, dizendo ser ele totalmente negativo e inoportuno.

Mas, na realidade, acredito que essa é uma interpretação que não tem fundamento naquilo que o povo está pensando. Porque, em nossas mãos, está o jornal “Correio de Notícias” que logo após a apresentação do projeto de lei, saiu às ruas para fazer a coleta de opinião daquilo que o homem da rua pensa a respeito desse projeto.

E fizeram várias indagações.

Eu gostaria de registrar, aqui desta tribuna, que a população de Curitiba, através de representantes, homens e mulheres das mais variadas idades, como Carlos Machado, de 16 anos, como Nelson Carneiro de Andrade, 34 anos, médico, que disse o seguinte:

“Uma excelente medida, principalmente porque, perante o direito como político, não se justifica a existência de organismo mantido pelo Poder, para fiscalizar opiniões políticas de cada um, o que é um direito garantido pela Constituição”.

Antônio Benedito Guimarães, de 25 anos, disse o seguinte:

“Acho excelente, porque a Delegacia de Ordem Política e Social é um órgão de repressão ideológica, que funciona nos porões, prendendo, torturando e ameaçando; é onde se encontram os piores policiais, os mais perversos; este órgão é incompatível com a democracia. Este projeto merece os aplausos de todo o povo paranaense, porque vai eliminar um cancro que tanto aterroriza a sociedade brasileira”.

Maria das Graças José Fernandes, de 25 anos, secretária:

“Se este projeto for aprovado, será a melhor coisa que já aconteceu, porque a extinção do AI-5 não deu e nem dá para um mês de alegria, mas, se não existir mais a Delegacia de Ordem Política e Social, nosso povo terá condições de não mais temer por motivos que deveriam ser temidos, porque acho que o povo deve ter uma opinião política de seu País, e isto é que é ser livre”.

Suzana Costa, estudante:

“Acho que seria ótimo. Falam que vivemos em uma democracia, então temos todos, a liberdade de expressar nossas idéias, sejam elas políticas ou não. Um órgão como a DOPS só serve para cerceamento de nossas idéias”.

Mário Vaz, diz o seguinte:

“Falamos tanto em abertura, em liberdade de idéias, mas, como é que isto pode existir, se temos um órgão deste tipo?”
E, vejam bem, que nós temos, dentro da nossa sociedade,

o medo enraizado. Porque ontem, quando o meu caro e querido companheiro Deputado Fiori Luiz me apresentou a um cidadão de curso universitário, dizendo:

— Amigo, aqui está o Deputado Waldyr Pugliesi, que apresentou um projeto através do qual ele quer acabar com a DOPS.

Aquele cidadão respondeu:

— O Deputado não vai acabar com a DOPS, a DOPS é que vai acabar com ele.

É o medo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que está institucionalizado neste País. E é inútil, Sr. Presidente, Srs. Deputados, termos medo, é inútil a fuga.

É por isto que, através desta tribuna, reitero a minha propositura, para que realmente possamos fazer uma democracia em que, todos os segmentos da sociedade brasileira, se sintam livres, e não somente aqueles que estão aí no Poder sintam-se livres e tenham, através desse mesmo Poder, a capacidade de instilarem o medo como instilaram durante todos aqueles anos, sobre o povo brasileiro.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa tem a satisfação de comunicar aos Srs. Deputados, que se encontra no Salão Nobre desta Casa, a Comissão de Educação e Cultura, da Câmara dos Deputados.

A fim de que os Srs. Deputados possam cumprimentar os ilustres visitantes, esta Presidência suspende a sessão por alguns minutos.

(É suspensa a sessão)

Declaro reaberta a presente sessão, e registramos, com satisfação, a presença em nosso plenário, dos Srs. Deputados que fazem parte da Comissão de Educação e Cultura da Câmara Federal:

Deputado Álvaro Valle, Presidente;
Deputado Caio Pompeu
Deputado Darcílio Ayres
Deputado Rômulo Galvão
Deputado Alcir Pimenta
Deputado José Maria de Carvalho
Deputado Mário Braga Ramos
Deputado Angelino Rosa
Deputado José Ribamar Machado
Deputado Benjamim Farah
Deputado Victor Fontana, e
Deputado Simão Sessim.

Bem como, a presença do Sr. José Cândido de Carvalho, Presidente da FUNARTE; Sr. Roberto Daniel Martins Parreira, Diretor Executivo da FUNARTE; Sr. Tarcísio Guido Della Senta, Sub-Secretário de Ensino Superior do MEC; Sr. Péricles de Souza Cavalcanti, Diretor Geral da Secretaria de Educação Física e Desportos do MEC, e Sra. Marília Franco Veloso, Diretora do MOBIL.

Para saudar as autoridades aqui presentes, em nome do Movimento Democrático Brasileiro, concedo a palavra ao Sr. Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Srs. Deputados Membros da Comissão de Educação e Cultura da Câmara Federal, demais membros da Comitativa que estão visitando o Estado do Paraná.

Coube-me, de maneira bem rápida e sucinta, dar as boas-vindas a todos a este Estado brasileiro. E gostaria, também rapidamente, de dizer o seguinte: da nossa preocupação, principalmente nesses tempos que estamos vivendo, para que, através do trabalho de Vossas Excelências, possamos repensar o problema educacional existente no País; é de grande importância esta visita ao Estado do Paraná, porque aqui encontramos vários pontos de atrito, dentro da Universidade Estadual de Londrina, bem como das faculdades aqui de Curitiba e de Ponta Grossa.

Existem problemas que a cada instante voltam à tona e, é

preciso então, que nos aproveitemos, nós todos aqui do Estado do Paraná, da presença de grande importância e valia desta Comissão, para que esses problemas, então, possam ser conhecidos de maneira mais profunda.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná tem grande preocupação, como não poderia deixar de ser, com o problema educacional, e em nome da Liderança do MDB, além das boas-vindas que estamos fazendo a todos, esperamos que esse trabalho externo que os Srs. Deputados e demais autoridades educacionais e esportivas, vamos dizer, assim, têm, seja esse trabalho de grande importância para que possamos então, no futuro, ver uma nova sistemática, novos caminhos serem abertos, novas perspectivas para todo o povo brasileiro.

Sejam bem-vindos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em nome da Aliança Renovadora Nacional, concedo a palavra ao nobre Deputado Ailton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Srs. Deputados que integram a Comissão de Educação e Cultura da Câmara Federal; autoridades ligadas à área da educação e da cultura, do Governo Federal.

Em nome da ARENA quero, neste instante, trazer as manifestações de regozijo e apreço pela presença dos Srs., que nos visitam.

Os Srs. estão, precisamente num Estado que tem dado prioridade absoluta à educação; foi a tônica da última administração estadual, e é ponto de honra da administração do Governador Ney Braga.

O simples fato de termos à frente do Governo do Paraná hoje, um homem que viveu todos os problemas, os mais cruciais, os mais angustiosos da educação e da cultura deste País, pode dar aos Srs. que nos visitam a dimensão da importância que o Paraná dá à área educacional. Mas é sempre justo destacar o empenho dos homens públicos para com a educação. Se nada dissermos pela educação, não teremos seguramente justificado a nossa passagem pelo Poder Legislativo, seja pelo Poder Executivo.

Mas, o mais importante que há de marcar a conduta de cada um de nós, homens públicos, é o ideal alto de servir a uma causa que nem mesmo, às vezes, pode comportar posições político-partidárias.

E quando esta Casa recebe os Srs. Deputados Federais que integram uma Comissão, da importância da Comissão Técnica de Educação e Cultura da Câmara Federal, a Assembléia Legislativa sente-se profundamente orgulhosa. E nós, homens da ARENA, com assento nesta Casa, nos sentimos jubilosos, porque temos dado toda atenção à educação e porque podemos dizer que se este é um Estado feliz, dos mais felizes do Brasil, é porque nós garantimos a nossa juventude, cuja faixa etária é adequada ao ensino do primeiro e segundo graus, se nós garantimos escola a estas crianças, é porque nós temos realmente a consciência da importância do nosso trabalho.

Se garantimos em três Universidades estaduais em Londrina, Maringá e Ponta Grossa, o acesso permitido pela conjuntura, que não é paranaense, mas nacional, aos bancos universitários, é porque nós temos tido a felicidade de contar com homens que olham para a educação com carinho, amor e respeito para com esta juventude.

Ficamos, portanto, profundamente felizes por poder receber a valiosa contribuição, também nesta Casa, que os Srs. têm prestado com tanto brilho e com tanta sinceridade de propósitos ao Brasil, na Câmara Federal.

Sejam bem-vindos, e recebam a saudação da ARENA com assento nesta Casa, a nossa homenagem pelo que os Srs. estão fazendo, pela geração de hoje, sim, mas principalmente, pela geração de amanhã, responsável por este Brasil.

Muito obrigado. (Com revisão do orador)(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com muito orgulho e satisfação, recebe a visita desta Comissão que muito tem feito pela educação brasileira. E suspende a sessão por alguns minutos, a fim de que os Srs. Deputados possam cumprimentar os ilustres visitantes.

(É suspensa a sessão)

Está reaberta a sessão, e dentro do Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Florisvaldo Palácios, inscrito.

O SR. PALÁCIOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A "Folha de Londrina" de 19 de junho de 1979, publica uma reportagem em que Vereador iria denunciar regime de inquisição a clientes do Banco do Brasil, em Jacarezinho.

Na "Folha de Londrina", de 21 de junho de 1979, traz aqui o pronunciamento de vários vereadores de Jacarezinho, contra a ação intimidatória de um inspetor do Banco do Brasil, que vem de promover dentro daquela agência do Banco do Brasil, 'Chegaram mesmo a dizer que aquele inspetor, seria o "representante do diabo", como diz o citado jornal acima.

Nós, como representantes daquele município, após termos recebido vários pedidos de companheiros da população, das classes produtoras, dos homens de cooperativas, dos homens do comércio, indústria e agricultores, não poderíamos permanecer calados diante da situação que se encontra a agência de Jacarezinho.

Acontece, que no início do presente ano, quando se anunciava a transferência do Sr. Ramon Paschoal Pons, Gerente do Banco do Brasil em Jacarezinho, as mais altas autoridades do Estado do Paraná, entre elas o então Governador, Jayme Canet, o atual Governador Ney Braga, Senador José Richa, Deputado Federal e ex-Senador Hamilton Vilella Magalhães, vários Deputados Federais e Estaduais, inclusive este que usa desta tribuna neste instante, deram total apoio à permanência daquele titular junto à agência daquele banco. Isto porque, em cinco anos de atuação em Jacarezinho, o Sr. Ramon Paschoal Pons conciliou os interesses dos produtores com os interesses do Banco do Brasil naquela cidade, realizando um trabalho digno dos maiores encômios.

Posteriormente, autorizada a sua permanência, o Banco do Brasil enviou, como medida rotineira, na cidade de Jacarezinho, um de seus inspetores, o Sr. Célio José Gallerani, que, extrapolando as suas funções de inspetor, imiscuiu-se em problemas que fogem completamente de sua alçada e de sua esfera de atividades, trazendo intranquilidade a todos os correntistas e demais clientes que operam com o Banco, no cumprimento do que qualifica de missão sigilosa, a que lhe foi confiada naturalmente, através de alguma nota de serviço.

Sabedor de que não é do interesse do Banco do Brasil a intervenção de um de seus inspetores, no sentido de denegrir o bom nome da instituição e nem a quebra do correntista e do cliente, de que a persistir este estado de coisas, com visível intenção de ferir, sub-repticiamente, o bom nome de seu excelente gerente, aquela agência sofrerá, naturalmente, em muito, a quebra do seu movimento.

Venho solicitar imediatas providências no sentido de ser verificada a exata atribuição do inspetor já referido, e compará-la com suas atividades reais, tomando-se, consecutivamente, as atitudes que são esperadas por toda a população do Norte Pioneiro.

Acontece, Sr. Presidente, que também como repúdio às atitudes daquele inspetor e em apoio àquele gerente, a Câmara Municipal de Jacarezinho, por proposição do Sr. Presidente, Vereador José Scheer, votará e deverá entregar, na noite de amanhã, o título de Cidadão Honorário a Ramon Paschoal Pons, como um voto de desagravo, para mostrar que a população de Jacarezinho, dentro dos recursos que dispõe, possa fazer justiça, porque não se entende que um inspetor de banco, nas

atitudes que vem tomando, procurando inquirir os clientes do banco, inclusive fora do expediente, procurando até saber dos destinos que aqueles correntistas ou aqueles que financiaram empreendimentos, dariam ao dinheiro recebido através de um financiamento.

E para concluir, Sr. Presidente.

Encaminhei um requerimento que, após ouvido o Plenário, e tendo evidentemente o seu devido apoio para que fosse enviado expediente ao Sr. Osvaldo Roberto Tourinho, DD. Presidente do Banco do Brasil, solicitando suas providências, no sentido da verificação da atuação do inspetor do referido Banco, Sr. Célio José Gallerani, daquele município do Norte Pioneiro.

Outrossim, requer ainda, da aprovação do presente, seja dada ciência do inteiro teor do presente requerimento, bem assim do pronunciamento deste Pequeno Expediente, desta sessão, anexando-se os recortes do jornal "A Folha de Londrina", ao Sr. Presidente do Banco do Brasil, para maiores esclarecimentos.

Afim de que um inspetor, que numa inspeção de rotina, não volte a repetir o que está acontecendo na cidade de Jacarezinho. E com isso, acredito que o bom nome do Banco estaria sendo zelado. E voltaria a tranquilidade à população ligada ao Banco do Brasil de Jacarezinho.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Registramos com satisfação, a presença, em nosso plenário, do Sr. Severino Ramos Bezerra, Prefeito de Nova Esperança, bem como do Sr. Pedro Garcia, Prefeito de Alto Paraná.

No Grande expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Nilso Sguarezi, inscrito.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "A redação da lei, terminantemente, há de ser clara e concisa.

A clareza e a concisão do seu texto, são características essenciais, para o resguardo de dúbias interpretações.

Quando se diz que a lei é dura, longe está o se querer afirmar ser tão somente drástica. Define-se, sim, sua cristalinidade.

Assim sendo, é flagrante e indiscutível a ilegalidade da existência das empresas fornecedoras de mão-de-obra permanente, pois são incontestes instrumentos de fraude da legislação trabalhista, eis que, em verdade, utilizam-se do denominado "trabalho temporário", para ocultar a contratação de mão-de-obra contínua.

De um lado, é reconhecida a atividade da empresa, de caráter temporário, cuja atividade consiste em colocar à disposição de outras empresas, temporariamente, trabalhadores devidamente qualificados, por ela remunerados e assistidos. Isto é o que definem os artigos 3.º e 4.º da Lei n.º 6019, de 03 de janeiro de 1974, que "dispõe sobre o trabalho temporário das empresas urbanas", regulamentada pelo Decreto 73.841, de 13 de março de 1974.

Aliás, o Art. 1.º do citado decreto é taxativo quando define "trabalho temporário é aquele prestado por pessoa física a uma empresa, PARA ATENDER NECESSIDADE TRANSITÓRIA DE SUBSTITUIÇÃO DE PESSOAL REGULAR E PERMANENTE OU A ACRÉSCIMO EXTRAORDINÁRIO DE SERVIÇOS.

Como se depreende, justamente pela clareza e concisão tão salientes em sua enunciação, o "modus operandi" dessas empresas é qualificatoriamente fraudulento, não se aceitando, sob hipótese alguma, interpretação diversa pois seu desígnio é incontestável.

Assoberba-se mais ainda, a violação contra a legislação trabalhista, pela comprovação do ferimento do artigo 27 do Decreto 73.841, que estabelece: "O contrato entre empresa de trabalho temporário e a empresa tomadora ou cliente, com relação a um mesmo empregado, não poderá exceder de três

meses, salvo autorização conferida pelo órgão local do Ministério do Trabalho e Previdência Social, segundo instruções a serem baixadas pelo Departamento Nacional de mão-de-obra."

Com esta introdução, trago ao conhecimento desta Assembléia Legislativa que contra ela própria e contra a ORBRAM — Organização E. Brambilla Ltda., foi proposta Ação Reclamatória que tramita na douta Junta de Conciliação e Julgamento desta Capital.

O reclamante, de profissão vigilante, "foi admitido em Curitiba, pela reclamada ORBRAM, com registro em Carteira Profissional em data de 31 de março de 1976 e colocado à disposição para prestação de serviços de vigilância na Assembléia Legislativa, onde prestou serviços até 31 de julho de 1978, em jornadas diárias, abrangendo sábados, domingos e feriados, das 7,00 às 19,00 horas, fazendo as refeições no próprio posto de serviço, num total de 12 horas de trabalho".

Todavia, não é apenas uma, esta ação judicial em curso, e sim, dezenas, contra outras empresas que tramitam em justiça.

A reclamação em tela é exemplatória e dá conta da notável extrapolção do prazo para contratação de mão-de-obra temporária que é fixada em lei para três meses, vez que seu autor esteve à disposição desta Casa, por dois anos e quatro meses, ressaltando-se, faz-se mister, que tais irregularidades são constatáveis não apenas em nossa Capital, não apenas por parte da empresa citada, mas sim, além de registram-se no Paraná todo e em outras unidades da Federação, já se tornaram práticas useiras e vezeiras por parte de instituições de crédito, guarda de valores, grandes firmas comerciais, indústrias e empresas governamentais.

Em resumo, a Lei 6.019 foi e está sendo burlada pela constatação de fraude no contrato de trabalho, pois a mesma proibiu de modo terminante e absoluto, a constituição de empresas que tenham por fim a locação de trabalho contínuo, admitindo somente a possibilidade de a mão-de-obra ser tomada por uma empresa a outra, em caráter excepcional e temporário, limitado, repita-se, o prazo de locação ao máximo de três meses e única e exclusivamente para atendimento emergencial da empresa-cliente, quando ocorrer:

- a) necessidade transitória de substituição de seu pessoal regular e permanente, na hipótese de redução imprevisível de seu quadro;
- b) necessidade temporária decorrente do acréscimo imprevisível de serviços. Estas assertivas fazem parte de um estudo inicial que vêm sendo promovido por eméritos advogados curitibanos, patronos de várias causas envolvidas com relação ao emprego dos vigilantes bancários - estes - em grande maioria "AGENCIADOS" pelas empresas em tela, de cujos entendimentos se destacam "a priori", dois pontos:
 - 1) a ilegalidade da existência das empresas fornecedoras de mão-de-obra permanente, como forma de fraudar a legislação trabalhista;
 - 2) a utilização do denominado "trabalho temporário" para ocultar a contratação de mão-de-obra contínua.

A este posicionamento, Silvonei Sérgio Piovezan, na coluna "Direito do Trabalho" publicada na edição de domingo 12.6.79, do jornal "O Estado do Paraná", dá sequência e respaldo, com transcrição da aplicação da súmula n.º 59, publicação do decisório trabalhista de abril de 1979, tornado público em sessão de 26 de março do corrente ano, tendo como relator o Juiz Paulo M. Rangel, da 4a. Região, assim fundamentado: "A sentença analisou com brilhantismo a matéria, em todos os seus ângulos, concluindo pela ILEGALIDADE da contratação triangular entre Banco, e empresa de serviços de vigilância, uma vez que o reclamante prestou serviços ao Banco, e no interesse deste, não se caracterizando a hipótese de serviço

temporário na Lei n.º 6019 de 1974. Decidiu assim, pela existência de contrato de trabalho direto com o Banco. Observa-se que o reclamante prestou serviços no estabelecimento bancário por mais de um ano, em caráter permanente, como vigia (ou vigilante) em atividade necessária à atividade normal do estabelecimento, sem que se caracterizasse a hipótese prevista na Lei 6019/74 de demanda de mão-de-obra extraordinária para atendimento de acréscimo temporário de serviço" - e prossegue - "cogita-se de aferir da legalidade ou não da contratação desta mão-de-obra - PERMANENTE, PORTANTO - com uma terceira empresa, que serviu como mera intermediária não somente da contratação, mas de TODA ATIVIDADE LATORATÍCIA REALIZADA, que é por ela, inclusive, diretamente paga. Como bem acentua o insigne Juiz João Antônio Pereira Leite, citado pela sentença, desde que esta INTERMEDIÁRIA cede "o trabalho humano, submetendo o empregado ao comando da empresa-cliente", está buscando seu lucro na organização do trabalho alheio, ao invés de se apoiar na combinação de capital e trabalho.

Isto evidentemente representa utilizar o trabalho do homem como se fosse MERCADORIA, o que REPUGNA AO SENSO JURÍDICO DE QUALQUER NAÇÃO CIVILIZADA E FERE FRONTALMENTE OS PRINCÍPIOS PROTECIONISTAS QUE REGEM, ESTRUTURAM E CONSTITUEM A TÔNICA E A PRÓPRIA RAZÃO DE SER DO DIREITO DO TRABALHO.

Mais adiante, o articulista adverte: "Assim, os Tribunais Regionais do Trabalho têm condenado solidariamente as firmas e os órgãos estatais que se utilizam da locação de mão-de-obra que somente é possível em caso excepcional e transitório.

Temos ainda informação no sentido de que o Tribunal Federal de Recursos já efetuou sentença defendendo a mesma tese e condenando órgão estatal de esfera federal no pagamento dos direitos trabalhistas advindos pelo não adimplemento da firma especializada em limpeza.

Não pára dúvidas, no sentido de que o Estado é responsável pelos direitos dos empregados contratados com tais firmas, inclusive os recolhimentos previdenciários que não forem recolhidos no INPS ou prejuízos advindos pelo não cadastramento no Programa de Integração Social".

Tais pareceres, tais procedimentos ensejam que toda instrumentação jurídica é concorde quanto à ilegalidade da existência de empresas prestadoras de serviço com caráter permanente.

A jurisprudência assim declara: "a possibilidade de contratação de empregado por uma empresa para prestar serviços em outra é regida pela Lei 6019/74. Não se admite que essa situação possa ocorrer de forma PERMANENTE, porque tal equivaleria à exploração do trabalho humano" (Tribunal Regional do Trabalho - 4a. Região - Recurso Ordinário 249/77 - Relatora Alcina T.A. Surreaux).

Também o Ministro Luiz Roberto de Rezende Purch, do Tribunal Superior do Trabalho, assim definiu o trabalho temporário vigilância bancária - "O trabalho temporário não é compatível com o serviço de vigilância bancária de natureza permanente. O artigo 10 da Lei 6019/74, não permite trabalho temporário por prazo superior a três meses. Ultrapassado este prazo, tem-se como empregador o usuário dos serviços, configurando-se este como solidário, para efeitos do Artigo 2.º, § 2.º, da CLT".

E, na sequência de seu estudo, os advogados Edésio Passos, Wilson Teixeira, Luiz Salvador e Geraldo Vaz definem a figura de solidariedade que passa a existir quando

o prazo de contratação ultrapassa os três meses estipulados em lei e que é personificada, a partir daí, pela empresa contratante. E assim se manifestam: "O TRABALHO TEMPORÁRIO" não é compatível com o serviço de vigilância bancária. Obrigatoriamente, os estabelecimentos de crédito devem possuir vigilantes bancários em seus quadros de pessoal, como empregados registrados, fazendo jus a todos os direitos assegurados aos demais funcionários. Não os possuindo, têm as empresas bancárias fraudado a lei ao contratar de Empresas Prestadoras de Serviços, em caráter permanente, funcionários para seus serviços de porteiros, vigilantes bancários, limpeza e conservação, ascensoristas, telefonistas, etc.

A CLT, em seu artigo 226, estabelece que esses funcionários são bancários. E a contratação dos serviços de empresas especializadas que EXPLORAM O TRABALHO HUMANO, caracteriza FRAUDE À LEI. Como consequência, a empresa-cliente, participando diretamente dessa FRAUDE, é responsável e solidária para todos os efeitos do contrato de trabalho do obreiro, como tem decidido nossos tribunais - e citam: "se o serviço é permanente, sem estar caracterizada a necessidade transitória da substituição de pessoa regular ou acréscimo extraordinário de serviço na mesma empresa-cliente, o contrato se estabelece entre esta e o empregador e em face de evidente FRAUDE À LEI". (TRT. 4a. Região - Rec. Ord. 2.805/76 Relator Pery Saraiva).

E resumem: "agenciar não significa locar serviços. Essa, a confusão que deve ser reparada."

Senhor Presidente, Srs. Deputados.

O suor dos que trabalham está sendo conspurcado!

Direitos, garantias e prerrogativas de um não computado número de trabalhadores, estão sendo vilipendiados, espezinhados e ultrajados, num processo que causa indignação à toda sociedade consciente.

Estas empresas fornecedoras de mão-de-obra praticam e perpetuam o que se pode qualificar de ESCRAVIDÃO BRANCA, em manobras acobertadas por um Alvará pregado nas paredes de seus escritórios.

Face ao que exposto foi - de conhecimento público e notório - quase que se torna desnecessária a citação dos instrumentos legais incorporados na Consolidação da Legislação Trabalhista e na por diversas vezes mencionada Lei Federal 6019/74, bastando lembrar que a caracterizada FRAUDE é - de per si - qualificada pela contravenção de uma lei bastante antiga mas sempre lembrada, assinada que foi ainda, em 13 de maio de 1.888, cuja autora, a Princesa Isabel, extinguiu a escravidão no Brasil.

Reafirmo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que milhares de paranaenses, milhares de brasileiros são vítimas da mais desavergonhada escravidão, num processo espúrio de enriquecimento de alguns, através da exploração do trabalho humano, como se alguma mercadoria fosse.

Para exemplificar, Sr. Presidente, Srs. Deputados mas, antes, denuncio e clamo por justiça, clamo por justiça e reparação, eis que os homens, em número de dezoito, que prestam inestimáveis serviços nesta Casa, nesta Assembléia do Estado do Paraná, atuando como zelosos, corteses e prestativos vigilantes, percebem nada mais que o famigerado salário mínimo, junto à empresa que os agenciou, enquanto que os seus trabalhos, o trabalho de cada um, é vendido para a Assembléia, pelo preço de Cr\$ 7.455,55, que significa um acréscimo de nada menos que Cr\$ 5.800,00 por empregado. Registre-se ainda, não fosse a oportuna intervenção da Mesa Executiva desta Casa, esta Assembléia renovaria contrato de arrendamento aos trabalhos dos datilógrafos, também vítimas dessa triangular exploração, pois a empresa locadora receberia pelo aluguel de cada profissional, a importância de Cr\$ 8.511,71, sabendo-se que o mesmo per-

ceberia junto à firma locadora, apenas pouco mais que o mínimo regional.

Com esta salutar providências que, aqui deve ser destacada até como uma homenagem ao claro entendimento da atual Mesa Executiva deste Poder, que não mais permitiu que continuasse ele, este Poder, a propiciar a ilegalidade e a imoralidade que estamos denunciando através deste arrazoado.

O Sr. Adalberto Daros — Vossa Excelência permite um

aparte? (Assentimento) — Meu caro Deputado Nilso Sguarezi, entendo e senti, perfeitamente, a sua colocação no pronunciamento que Vossa Excelência faz, hoje.

Concordo com Vossa Excelência quando diz que o salário mínimo, realmente, é muito pequeno; que, realmente, a Mesa da Assembléia tomou providências quando procurou retirar alguns funcionários que eram pagos e contratados por outra empresa que não a Assembléia, evidentemente, o serviço público.

Devo lembrar Vossa Excelência, todavia, o aspecto no que diz respeito às firmas de locação de serviço, no caso específico que Vossa Excelência se refere, a Organização Brambilla - ORBRAM.

Evidentemente, que esta firma e outras que têm funcionários colocados em outros órgãos, quer o serviço público, quer o serviço bancário, quer firmas particulares, evidentemente, que têm também uma obrigação essas firmas.

Concordo com Vossa Excelência quando diz que, naturalmente, o que se cobra do serviço público, do serviço bancário ou de particulares, recebem aquilo que, realmente, em muito excede, aquilo que realmente, aquelas pessoas que prestam serviços, recebem.

Todavia, há que se entender uma coisa para ressaltar esse belo pronunciamento de Vossa Excelência. Não que eu seja conhecedor profundo no que diz respeito à prestação de serviço, principalmente, nesse sentido, mas, devo lembrar a Vossa Excelência uma coisa - quando Vossa Excelência fala em vigilância, haveria também de se completar o seu pronunciamento no que diz respeito à obrigação governamental no sentido do ensinamento, do aprendizado do vigilante. Dever-se-ia colocar também o armamento do vigilante; dever-se-ia colocar, também, as obrigações patronais com relação ao vigilante. Razão pela qual, meu caro Deputado, apenas para ressaltar o seu pronunciamento, quando Vossa Excelência diz que existe uma diferença entre o que a Assembléia pagava e o que o funcionário recebia, de cinco mil e poucos cruzeiros.

Não é bem assim; as obrigações patronais, com relação ao INPS, as obrigações que a empresa tem com relação ao aprendizado daquele que presta serviço e mais, vamos chamar assim, de aparato, no que diz respeito ao armamento, há, também, explicação de capital neste respeito.

Quero congratular-me com Vossa Excelência pelo seu pronunciamento, mas deixar ressalvadas, também, algumas dificuldades que algumas empresas passam neste sentido; quero, para encerrar apenas dizer que não conheço a lei federal que regulamenta, aí citada por Vossa Excelência, todavia, gostaria de, após o seu pronunciamento confabular com Vossa Excelência, para que tome conhecimento nesse sentido.

Muito obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, e tão logo termine esta parte expositiva, vou procurar responder ao aspecto que Vossa Excelência levantou.

Mas dizia eu, Sr. Presidente, que este Poder tinha a obrigação de dar o exemplo para que este hediondo e abominável estado de coisas não continuasse,

Dar exemplo denunciando todos estes contratos, a fim de que todas as empresas terminem com esta verdadeira escravidão branca, que hoje grassa nas empresas estatais, comerciais, industriais, estabelecimentos bancários, financeiros, enfim, um cem números de agentes mobilizadores de grandes somas de dinheiro e outras espécies de valores, que se valem dos préstimos dessas agenciadoras de mão-de-obra, utilizando-se dos trabalhos também, não apenas de vigilantes, mas de uma série de trabalhadores que prestam várias formas de serviço, a saber: ascensoristas, copa-cozinha, limpeza, conservação, datilógrafos e etc.

E ainda mais; o objetivo, senão principal da denúncia que hoje formulo, é propiciar o respaldo do Poder Legislativo Paranaense à luta judicial encetada para ver reconhecida a relação de emprego dos vigilantes como os Bancos, principalmente para efeito de assegurar-lhes todas as vantagens da categoria, pois quem trabalha em banco é bancário e deve usufruir das prerrogativas atinentes à classe, tais como, jornada reduzida de trabalho de seis horas, gratificações, anuênios e demais vantagens.

Ressalte-se que esta luta é extensiva nas mesmas condições devido a identificação de circunstâncias e objetos às outras categorias de trabalho também utilizadas como mão-de-obra de aluguel, como as já citadas de há pouco, ou sejam, serventes, ascensoristas, datilógrafos, garçons etc.

Mas, aliando-se ao escuso funcionamento dessas agências em relação ao assunto em tela, a diminuta e desarejada em conseqüente e desumana inteligência, ou falta dela de alguns legisladores, na manipulação do anteprojeto para a atualização da CLT estão urdindo a consolidação do Decreto 6019, incluindo em determinado parágrafo, para que se possibilite, já então na CLT, que essa imoralidade que acontece hoje passe a ter cunho de legalidade na nova CLT.

Daí a necessidade de o assunto ser discutido e do assunto ser denunciado. Porque se tal fatalidade vier a se concretizar, mais uma aberração será perpetrada contra os altos desígnios da ciência jurídica, oficializando uma forma de escravidão numa época em que todas as sadias consciências aspiram e clamam pela sagrada salvaguarda dos direitos humanos.

Por isso, Sr. Presidente, devo dizer que, e em especial ao Deputado Adalberto Daros, que não desconhecemos que a empresa agenciadora, no caso a ORBRAM, arca com uma série de responsabilidades sociais, no caso dos nossos vigilantes que trabalham nesta Assembléia. Mas nos cálculos aproximados, este custo, este "quantum" não passa de quarenta por cento daquilo que o vigilante ganha, ou seja, quarenta por cento do salário mínimo.

Veja Vossa Excelência que entre Cr\$ 7.500,00 que a empresa cobra à Assembléia, que cobra ao Banco, que cobra ao INPS, que cobra à ELETROSUL e a toda essa gama de empresas que se servem desse serviço de vigilantes, veja Vossa Excelência que mesmo dobrando o salário mínimo, que é exatamente o lucro que tiram em cima de um coitado, e vamos dizer assim, de um escravo branco.

Porque o que a empresa faz, qual é o capital que esta empresa tem para faturar em um só mês exatamente o dobro daquilo que um homem que é obrigado a trabalhar 12, 14 ou 15 horas, como peço aos Senhores o depoimento destes vigilantes que aí estão, deste garçon que serve a este Plenário, que custa à Casa mais de Cr\$ 7.000,00, e que recebe de sua empresa apenas, e pouco mais de um salário mínimo. Por isto, cabia aqui, trazer de público um louvor a esta Mesa Executiva, que em boa hora entendeu que este Poder é uma Casa de legisladores, não poderia acobertar uma imoralidade que se comete à sombra da legislação.

O Sr. Adalberto Daros — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento) — Queria dizer a Vossa Excelência que, efetivamente meus companheiros, companheiros nossos, que o que prejudica todo este envolvimento talvez seja o famigerado salário mínimo.

Todavia, faria a Vossa Excelência um apelo, para que solicitasse à Mesa — uma vez que Vossa Excelência está a tratar deste assunto, para que dentro da forma como tem se conduzido, fizesse o que se pede nesta Assembléia há muito tempo além de se mudar o sistema de limpeza desta Assembléia, se retirasse os funcionários da limpeza também, que devem ter o mesmo tratamento.

E além do mais, que se desse também razão aos funcionários que fazem o serviço nesta Assembléia.

Que se desse condições aos funcionários da Assembléia Legislativa, não se tratando como tem se tratado, a se fugir, às vezes, da responsabilidade.

A Mesa da Assembléia, podemos ver, parece que foge da responsabilidade, no que diz respeito aos funcionários da Casa.

Razão pela qual, em seu nome talvez, apelaria à Mesa da Assembléia, que fizesse o mesmo tratamento ao pessoal da limpeza desta Casa, que tem tido o mesmo tratamento, mas que se pensasse ligeiramente e falo agora, Deputado Nilso Sguarezi, meu caro Presidente, como Deputado e como funcionário desta Casa, apelo em nome daqueles que trabalham aqui, que se dê, com a maior brevidade possível, aquilo que os funcionários merecem aquilo que está escondido não sei onde, mas que está guardado talvez numa gaveta; e que nós vemos por aí todo o mundo a dizer, o Tribunal de Contas já teve o que tinha que ter, o Tribunal de Contas, que é órgão auxiliar desta Assembléia, já teve sua reestruturação, está fazendo agora um concurso, e esta Assembléia o que teve? Nada até agora.

Os funcionários a perguntar e a mim, principalmente, como funcionário daqui que sou licenciado há onze anos, meu Deputado meu amigo, meu companheiro de Casa, como está a reestruturação, quando vai se fazer?

Razão pela qual, meu caro Líder, peço a Vossa Excelência que apele à Mesa da Assembléia para que faça justiça dos dois lados.

O SR. NILSO SGUAREZI — Eminentíssimo Deputado, quero

“ipsis literis”, me incorporar ao aparte de Vossa Excelência e, evidentemente, transferir à Mesa, que é quem cabe responder o aparte.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento) — Vossa Excelência traz hoje à Casa, um fato que já era do conhecimento pelo menos da maioria dos Srs. Deputados; que, calados, principalmente na Legislatura passada, assistiram a estas irregularidades.

Mas hoje sabe o eminente Líder desta briosa e brilhante bancada do Movimento Democrático Brasileiro desta Casa, que o apelo que o nobre Deputado Daros encaminha a Vossa Excelência, é exatamente aquilo que as duas lideranças estão fazendo juntamente com a Comissão Executiva. Uma Comissão Executiva séria, que não quer cometer os mesmos erros tantas e tantas vezes cometidos nesta Casa, com relação ao seu quadro de funcionários.

Nós já tivemos duas reuniões, Vossa Excelência participou de uma delas; e nós estamos aguardando, as duas lideranças estão aguardando um estudo que virá por parte da Comissão Executiva.

Dou um voto de confiança à Mesa desta Casa, como já dei por ocasião das eleições da Comissão Executiva.

Voto de confiança que nunca me arrependi, aliás porque

efetivamente a Comissão Executiva está tratando o assunto com a seriedade que merece.

Apenas quero, em nome da bancada da ARENA, renovar este voto de confiança na Comissão Executiva da Assembléia Legislativa da Casa.

Tenho absoluta certeza que esta demora se deve à busca incessante da perfeição para que, desta vez, efetivamente, se faça justiça, porque as reestruturações que se observam no Poder Legislativo sempre beneficiam o funcionário mais alto, o de melhor e maior nível; este está cada vez subindo mais enquanto que os intermediários e os menores, sofrem injustiças constantes.

E desta vez, se Deus quiser, isto não vai ocorrer, pelo menos é a confiança ilimitada e irrestrita que nós temos na Comissão Executiva.

Agradeço.

O SR. NILSO SGUAREZI — Concorde com Vossa Excelência e devo ressaltar à Casa, que neste pronunciamento à Casa veio a baila, como um exemplo; o objetivo do meu pronunciamento é esta discussão de âmbito nacional.

No penúltimo “Globo Repórter” o assunto focado, foi exatamente o problema dos vigilantes.

Ontem à noite, no Programa de “Flávio Cavalcanti”, de audiência nacional, nós vimos uma denúncia estarrecidora de um Deputado de São Paulo, denunciando companhias que vendem proteção.

Verdadeiras “gangs” da década de 30 de Chicago; e que vendiam proteção. Porque estas entidades à margem do serviço público, que vendem proteção, que armaram no Brasil mais de 200.000 homens, com uma arma em punho, cidadãos que não são preparados para o uso de uma arma, que são os vigilantes bancários.

E Curitiba ainda há pouco tempo assistiu estarrecidora um desses vigilantes bancários, empunhando uma arma, assassinar um homem na entrada do banco; porque exatamente são pessoas não preparadas para portar uma arma. E se nós fizéssemos um levantamento idôneo, nós veríamos que existe no Brasil hoje, uma outra força armada talvez em número maior que o próprio Exército, Marinha ou Aeronáutica, que são essas companhias de vigilantes bancários. Que portam um 38 com carga dupla; homens que não recebem qualquer instrução, mas que são portadores de uma carga mortífera.

É para esta realidade, Senhores, que em São Paulo atinge 90.000 homens; na Guanabara, 30.000; que além de serem explorados, vergonhosamente explorados, porque ganham o salário mínimo e levam às burras dessas empresas, lucros fabulosos, se constituem ainda numa insegurança.

Por este motivo, Sr. Presidente, é que eu trouxe o assunto à Casa; para ser debatido, porque o Paraná não pode, quando todos os Estados do Brasil clamam para que uma fiscalização rigorosa termine com esta verdadeira escravidão branca, o Paraná não pode ficar omissa a esta discussão.

Agradeço inclusive a tolerância da Mesa, por nos conceder alguns minutos a mais.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Dentro do horário reservado ao MDB, concedo a palavra ao nobre Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

As manchetes dos jornais: “Dificuldades levam grupo Atalla a suspender produção de três usinas.”

No complexo ligado à empresa em Forecatu, existem 40 fazendas em oito municípios.

O contingente de trabalhadores, considerada a média de quatro por empregados, segundo cálculo da empresa, dá um

total de 40.000 dependentes, a maior parte é de trabalhadores rurais.

O sistema ligado à Usina abrange, além de Querência do Norte, os Municípios paranaenses de Porecatu, Alvorada do Sul, Centenário do Sul, Florestópolis, Mirassol, e mais Taciba e Iepê, no Estado de São Paulo.

Setenta por cento da população de Porecatu depende da usina, que está ameaçando fechar as suas portas.

"O Arcebispo D. Geraldo Fernandes, de Londrina, e também o Padre Vitor Gropelli, vigário da Catedral de Londrina, criticaram a 27a. Assembléia dos Bispos do Paraná, realizada aqui em Curitiba, a usina, denunciando irregularidades que estariam ocorrendo nas propriedades da Usina Central do Paraná, especialmente em prejuízo dos trabalhadores mais humildes.

As acusações foram feitas em entrevistas aos jornais "O Globo" "Jornal do Brasil" e "O Estado de São Paulo".

Já no sábado, em Londrina, o Arcebispo D. Geraldo Fernandes confirmava as denúncias que ele próprio fizera. "A Igreja, segundo ele, tomou e tomará sempre posição em favor dos injustiçados.

O Prefeito e o Presidente da Câmara de Porecatu, segundo D. Geraldo, estariam "defendendo um grupo econômico". Sobre a ameaça de renúncia do Prefeito, o Arcebispo disse que ele teria prestado serviço a Porecatu se tivesse renunciado há mais tempo.

E dizem que Dario Lunardelli deve renunciar ainda hoje porque se encontra - parece-me - em Palácio, confabulando com o Governador.

D. Geraldo admitiu que a situação dos empregados da usina tem melhorado, mas afirmou que a injustiça ainda continua.

Ele e o Padre Vitor, segundo os jornais, denunciaram, em Curitiba, na entrevista, que recentemente oitenta motoristas foram demitidos porque não quiseram assinar documento isentando a Usina de lhes pagar horas extras.

Milhares de empregados acham-se em regime de escravidão; a Igreja enfrenta dificuldades para atuar em Porecatu, devido as restrições impostas pela usina, o que lhe impede de formar um quadro mais completo da situação, especialmente nas fazendas; o pagamento em mercadorias continua, e as mercadorias só podem ser compradas no armazém (supermercado da empresa, a preços superiores aos da cidade).

São problemas que nós já levantamos há algum tempo, num programa de rádio que tínhamos na Cidade de Londrina.

A situação, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dos empregados da Usina Central do Paraná, em Porecatu, é dramática.

São dez mil homens, trabalhadores, concentrados na Usina e nas fazendas do complexo industrial dos Atalla. Dez mil que representam quarenta mil bocas.

O Governo Federal que gosta de intervir em sindicatos de trabalhadores, que decreta a intervenção na Usina. Porque nas plantações de cana da usina, ainda se vive um regime feudalista.

O grupo Atalla, que sempre teve as "benesses" do Governo, atravessa um momento difícil pois não obteve novos empréstimos. O investimento em indústrias nos Estados Unidos e nas corridas de automóveis, acabou gerando essa situação.

No Norte do Paraná o desemprego é uma realidade assustadora, as estatísticas apontam mais de um milhão de "bóias-frias". Se a Usina Central do Paraná paralisar as suas atividades, o drama vai aumentar. Esses trabalhadores, sem perspectiva na zona rural, engrossarão as favelas nos centros urbanos mais desenvolvidos.

O drama social no Paraná é alarmante, mas ninguém até

agora parece interessado em medidas eficazes. Aqui no Paraná, nossas autoridades estão muito mais preocupadas com a extinção dos partidos políticos do que com a extinção da escravidão, ainda latente em muitas regiões do interior, principalmente no Norte.

A fome faz morada, há muito tempo, na casa do trabalhador rural.

A miséria esparrama intranquilidade e medo.

O nosso trabalhador está lutando para não morrer de barriga vazia.

As nossas autoridades, insensíveis, insensatas e despreparadas, comem, dormem e respiram as reformulações políticas casuísticas; falam em prorrogação, em extinção de partidos, em voto distrital. Mas de reformas sociais, profundas e reais, nada se comenta.

Já disse aqui que, neste País, o virar latas de lixo não é mais privilégio dos cães vadios. Hoje, crianças e animais disputam o mesmo direito, o de engolir alguma sobra.

Porecatu não é um problema isolado. A paralisação da usina esparramará reflexos em todo o Estado, principalmente, no Vale do Paranapanema.

Serão novas filas: de chefes de famílias, mulheres, crianças se arrastando pelas estradas.

Enquanto nosso trabalhador derrama o suor para ganhar honestamente o seu quilo de farinha de mandioca, nos palacetes e gabinetes de Brasília, os Ministros e o Presidente da República, as nossas autoridades com ares cartomânticos, entregam o futuro a Deus, entre um caviar e um uísque importado.

Já é hora de nosso povo fazer a hora, não esperar acontecer. É hora de acordar dessa letargia profunda, sair dessa apatia, dessa indiferença; fugir do comodismo latente e da contemplação.

É hora de exigir direitos iguais. Todos foram feitos à imagem e semelhança de Deus, portanto, com direitos idênticos; na alimentação, no emprego, na moradia.

A região de Porecatu vive horas de angústia. E as nossas autoridades continuam adormecidas.

Vinte mil alqueires possuem os Atalla naquela região. É hora do INCRA tomar uma atitude, comprar e revender essas terras, porque a Usina não usa fornecedores, como usa a Usina de Bandeirantes.

O empréstimo de trezentos milhões de dólares, os Atalla não terão, porque representa a metade do orçamento do Estado do Paraná.

Os Atalla não podem ter prejuízo, o Governo não pode e o lombo do povo que está quente de levar chibatadas, pode?

Hoje, há trabalho na Usina e amanhã, 40.000 dependentes, engrossando a fila de um milhão de "bóias-frias" deste Paraná, e as nossas autoridades viajam para extinguir partidos políticos e para formar novos grupos políticos; dependendo do desfecho, pediremos amanhã...

E assistir jogo, sim, dois aviõezinhos levando o Presidente para assistir o jogo, lá no Morumbi.

E dependendo do desfecho, pediremos a constituição de uma Comissão Especial para avaliar a repercussão social e econômica, caso se concretize a ameaça do fechamento da Usina Central de Porecatu.

É preciso fazer um levantamento sério e imparcial para que as autoridades do Estado possam tomar as medidas cabíveis e necessárias no caso.

O Sr. Fuad Nacli - Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) - Nobre Deputado Fiori Luiz, Vossa Excelência bem conhece a região de Porecatu, Florestópolis, Mirassol, Centenário, sabe melhor que os demais Srs. Deputados presentes, da minha posição política em Porecatu.

Mas, não posso ficar sentado ouvindo Vossa Excelência dizer que o Governador encontra-se calado.

Embora, Vossa Excelência seja um grande defensor daquele povo, desconhece que, ontem e sábado, o Sr. Governador não saiu de sua residência procurando contatos com o Ministro e o Presidente do Banco do Brasil, porque Sua Excelência já está tomando as medidas necessárias para o problema social de Porecatu.

Mas o problema econômico do Grupo Atalla não é só do Paraná, mas do Brasil. E Vossa Excelência sabe que, há mais de dois anos, em manchetes, em diversas revistas, e jornais, se comenta os empréstimos do Grupo Atalla. Mas, o que não poderíamos deixar de dizer é que, ainda na data de hoje, com o vice-Prefeito, com Vereadores e também com o Vereador que pertence à bancada do MDB, na Câmara Municipal de Porecatu, todos vieram para conversar com o Sr. Governador.

Logo pela manhã, às 8 e pouco, o Governador já tinha conversado com o Chefe da Casa para que tomassem as providências necessárias para o que necessário fosse, a fim de que não houvesse nenhum problema social que dependesse dos interesses do Governo, e principalmente daquela região, que Vossa Excelência conhece muito bem, Deputado.

O que nós não podemos fazer aqui, é querer fazer demagogia, com os negócios particulares de firmas culpando o Governo Federal, ou o Estadual. Nós sabemos da estiagem, sabemos da seca, sabemos da geada de 1975. Tivemos três anos difíceis no Paraná. Não é só o grupo Atalla, mas, todos o outros grupos. Conhecemos perfeitamente os problemas dos fornecedores de cana, não só de Jacarezinho, como também da Usina de Maringá, da Usina Santa Terezinha e, conhecemos muito bem o sistema de trabalho do grupo Atalla em Porecatu, desde o grupo Lunardelli.

Quero dizer a Vossa Excelência que, ainda hoje, pelo Canal 12 eu concedia uma entrevista, dizendo que não acreditava na paralisação da Usina de Porecatu, e, eles, me diziam que haviam recebido telefonema com ordens para paralisar a usina.

A Usina não pode parar, Sr. Deputado e não será paralisada, se Deus quiser. Porque o Governo procurará um meio - quando eu digo Governo, trata-se do Governo Federal - para dar mão de trabalho àqueles homens que estão trabalhando, para que haja continuidade.

Mas, o problema não é do Governo do Estado, não é Governo Federal, é sim, do Grupo Atalla. Está além dos interesses.

Vossa Excelências disse que o Governo se preocupa com a extinção dos partidos, que se preocupa em viajar de avião para assistir um jogo, mas nós queremos dizer a Vossa Excelência, que, na data de ontem e de hoje nós falamos com mais de vinte pessoas, agora há pouco ainda conversei com o Deputado José Tavares, com Vossa Excelência também e, quero confessar que pedi, ao Deputado José Tavares, para que deixasse seu requerimento para ser discutido em data de amanhã. Contudo, li e analisei o requerimento e considero que devemos votar, porque é de suma importância este requerimento, para os trabalhadores daquela região. Contudo, quero dizer que a situação, ela não será resolvida simplesmente com a renúncia do Prefeito, ela não será resolvida simplesmente, com a vinda de uma Comissão de Vereadores e do grupo Atalla, ao Governo do Estado para que seja solucionado não só o problema de Porecatu, porque o grupo Atalla tem mais duas usinas, tem uma indústria de calcário, tem uma usina de cimento e mais de setenta firmas, o que todos os Senhores sabem. Portanto, nós devemos, com cautela e precaução, dizer, aos Srs. Deputados: eu aqui não represento o grupo Atalla; quero confessar que, à eleição passada fui o Deputado mais votado naquela região, em três municípios. Mas, há dois

recebi um telefonema de Florestópolis, e de seu Prefeito que é José Moraes, dizendo-me da sua preocupação, também, se não houver trabalho para aquele povo de Florestópolis, para Centenário do Sul. Contudo, temos confiança de que a Usina vai funcionar como está funcionando, Deputado Fiori Luiz.

Foi por isto que pedi o aparte a Vossa Excelência.

Mas nós não podemos querer debitar aqui, ao Governo do Estado, e nem aos Srs. políticos a atual situação, porque o problema social pertence a um grupo econômico, a uma firma que se tornou poderosa. E esse grupo cresceu tanto e disto os Srs. sabem tanto quanto eu.

Na realidade, Atalla hoje está em Brasília procurando a sua solução. Wolnei Atalla esteve hoje de manhã, às 9:00 horas, no Ministério da Fazenda, junto ao Banco do Brasil, para solucionar não o problema de Porecatu, mas procurando encaminhar todos os problemas do seu grupo econômico; entregando assim, eu posso dizer agora, que eu não queria dizer, procurando deixar uma produção de todos os seus irmãos e de todas as mulheres de todo o seu patrimônio para conseguir uma garantia para a sobrevivência dos trabalhadores que estão agregados nas indústrias, que trabalham naquelas firmas, que estão ligados.

Era o que tinha a dizer.

O SR. FIORI LUIZ - Agradeço, nobre Deputado Fuad Nacli, e o Sr. como representante legítimo e autêntico daquela região, com uma votação expressiva, nós reforçamos o apelo, também a Vossa Excelência, no sentido de levar as reivindicações daquele povo às nossas autoridades.

O Sr. diz que não é ligado ao Grupo Atalla, mas a gente observa em manifestações, inclusive do Prefeito, do Vice-Prefeito e muita gente, defendendo o Grupo Atalla, mas se esquecendo do mais importante que seria as 40 mil pessoas que ficariam desempregadas.

Entendemos que é um problema de todos, sim, do Governador do Estado, do Presidente da República, de Ministros, de todos, não é o problema do Grupo Atalla, em si, mas do que representaria a paralisação, em termos de desemprego, neste Paraná, que já enfrenta um drama social, talvez só vivido por alguns Estados nordestinos.

O SR. PRESIDENTE - A Mesa informa ao nobre Deputado que seu tempo na tribuna está esgotado.

O SR. FIORI LUIZ - Muito obrigado, nobre Presidente e Srs. Deputados. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Registramos, com muita satisfação, a presença em nosso plenário, do Vereador José Silvio Burns, de Alto Paraná.

No horário reservado à ARENA, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Consoante havíamos prometido em sessão anterior, ao nobre Deputado representante da Oposição nesta Casa, Fidelino Tolentino, que traríamos pessoalmente as informações que Sua Excelência requereu, na oportunidade, com relação à aquisição de uma área de terras situada nos fundos do Palácio Iguçu, é pertencente à Companhia Estearina Paranaense, bem como um histórico da aquisição da outra área de terreno contíguo, onde estão instaladas hoje as Secretarias de Estado.

E nós o fazemos com prazer, Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados, porque devotamos profunda admiração pelo Deputado requerente, e não é menor, também, a nossa admiração, o nosso respeito e o nosso carinho pelo ex-Governador Jayme Canet Júnior. E cada ato de Sua Excelência que possa suscitar dúvidas, não só à minha pessoa, como todos os Srs. Deputados da ARENA, terão imenso prazer em ocupar a tribuna desta Casa para esclarecer os atos de um Governo que está, ainda, vivo no coração do povo, pela grandiosa administração que fez.

Nós, apenas rejeitamos, na oportunidade, o pedido de informações, pela sua inoportunidade, porque as demarches para aquisição daquela área de terras datam de 1973, ainda no Governo anterior a Jayme Canet Júnior. Em 1974, não tivemos a felicidade de ser reeleitos, mas acompanhamos pari passu os trabalhos do Poder Legislativo do Estado, e jamais vimos, por parte do nobre Deputado Fidelcino Tolentino, que eu lamento a ausência nesta oportunidade, nenhuma providência, na oportunidade em que as negociações eram conduzidas e, finalmente, concretizadas.

Por isso, nos pareceu extemporâneo, embora sempre seja tempo para que um Deputado no fiel desempenho de seu mandato, de suas atribuições, requeira informações ao Poder Executivo; mas, nos pareceu extemporâneo o requerimento de pedido de informações do nobre Deputado Fidelcino Tolentino.

Por isso, trazemos hoje, em mãos, as informações que teremos o prazer de passar à Liderança do Movimento Democrático Brasileiro, para os devidos fins. (Lé):

"O Governo do Estado do Paraná, pelo Decreto 3115, de 24 de janeiro de 1973, declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, diversos imóveis, entre os quais estão os imóveis de propriedade da COMPANHIA ESTEARINA PARANAENSE S/A, situados no Centro Cívico, nesta Capital (doc. 1).

Em abril de 1976, a Comissão de Avaliação, designada pela RESOLUÇÃO 160/75, do Excelentíssimo Sr. Secretário do Interior, avaliou os bens patrimoniais da referida indústria em Cr\$ 22.372.973,00 para o que corresponde a 157.290,30 UPC (Unidade Padrão de Capital do BNH).

Após diversos entendimentos com os Diretores da Companhia Estearina Paranaense S/A, foi concluído um acordo para a referida aquisição por desapropriação amigável, com pagamentos parcelados, com os seus valores corrigidos. (doc. 2)."

E aí segue, Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma fórmula complicada de cálculo, que evidentemente não é o momento propício para se ler, mas todos os comportantes da lisura da transação, da utilidade da transação, serão entregues ao nobre Líder do Movimento Democrático Brasileiro, nesta Casa.

Quanto à destinação do imóvel, que é a última pergunta do requerimento do nobre Deputado Fidelcino Tolentino, todos estão vendo que é onde se situam as Secretarias de Estado, fazem parte de um plano já elaborado, implantado pelo saudoso Governador Bento Munhoz da Rocha Neto, e que agora no Governo de Canet Júnior teve realmente uma ênfase extraordinária.

Quanto ao imóvel da Companhia Estearina Paranaense, ainda remanescente, já foi através de decreto do atual Governador Ney Braga, doado a uma entidade cultural, a Escola de Belas Artes, que não tem uma sede condigna com as finalidades a que se dispõe.

Nestas condições, espero ter prestado, em nome do Governo, as informações solicitadas. E aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para um esclarecimento ao nobre Deputado Waldyr Pugliesi, desde que eu fui citado nominalmente por Sua Excelência, quando usou a tribuna desta Casa, no Pequeno Expediente.

Efetivamente, nós demos uma entrevista logo após a apresentação pelo nobre Deputado, de um anteprojeto de lei que visa a extinção da Delegacia de Ordem Política e Social. Mas o fizemos na qualidade de Deputado, e não de Líder do Governo nesta Casa, porque não conhecemos efetivamente o pensamento do Governo com relação ao projeto de Sua Excelência.

Mas, como Deputado, temos o direito de opinar. Acontece que os jornalistas, inteligentes como são, ou distraídos como às vezes acontecem ser, embora este não seja o normal de um jornalista, omitiu exatamente um trecho da minha opinião que modificou totalmente o meu conceito com relação ao projeto de lei do nobre Deputado Waldyr Pugliesi.

Eu disse, naquela oportunidade, que era totalmente negativo o anteprojeto de lei, na minha opinião, porque a Delegacia de Ordem Política e Social realmente tem uma função definida na comunidade, que é a busca da paz social, sem que, com esse meu pensamento, endossassem excessos porventura cometidos por policiais que não estão à altura das missões que lhe são confiadas, policiais que violam direitos humanos inalienáveis, e foi isto que eu quis dizer, foi este o meu pensamento, e qualquer pessoa, de mediana inteligência, pode compreender que por erros humanos não se extinguem as instituições. Mudam-se os agentes que não cumprem com seu dever, por estruturas, por falhas estruturais, administrativas ou de regulamentos; não se extinguem também as instituições, mudam-se os regulamentos, corrigem-se as falhas. Jamais uma falha, um erro humano, podem ser causa determinante da extinção de uma Delegacia que, dentro da Secretaria de Segurança Pública, tem um papel definido, reclamado por muitos setores da comunidade.

Porque os homens públicos...

O Sr. Gabriel Manoel - Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Já o concederei. Só quero concluir o meu pensamento.

Os homens públicos representam segmentos da sociedade. Compreendo muito bem o papel do nobre Deputado Waldyr Pugliesi, que sempre foi, nesta Casa, um defensor dos direitos humanos, e louvo até o entusiasmo, na posição do nobre Deputado.

Entusiasmei-me e votei, na última sessão desta Casa, por um requerimento em que solicitava ao Itamarati, ao Presidente da República, o rompimento do Governo brasileiro com o regime de Somoza, na Nicarágua. Apenas lamentei que naquele requerimento não se pedisse, ao Governo brasileiro, que rompesse com os países africanos, atados às ditaduras de esquerda. Que também se procurasse, naquela oportunidade, num mero requerimento, defender as minorias dos países que hoje estão dominados, atrás da Cortina de Ferro.

Porque nós lembramos apenas da Nicarágua, e esquecemos da Polônia, da Tchecoslováquia, da Hungria, e tantos outros que, sob a porta da ditadura comunista, sofrem os mesmos horrores daqueles povos escravizados, por influência dos Estados Unidos da América do Norte.

Concedo o aparte, com muito prazer, ao nobre Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel - Deputado, estamos assistindo o seu pronunciamento, nesta hora reservada à ARENA. Vemos Vossa Excelência vir a esta tribuna trazer fatos concretos, onde com estes fatos, Deputado Erondy, nos orgulhamos de ter tido um Governador como Jayme Canet Júnior, que pode, à luz do dia, dar ciência de seus atos. Porque todos nós sabemos, sabe o ilustre Deputado que pediu as informações, que Canet Júnior é honesto, que dedicou quatro anos de sua vida ao Paraná, que não quis outra coisa a não ser servir este Estado que é gigante e que há de se agigantar ainda mais, com o Governo de Ney Braga.

Então, Deputado Erondy Silvério, nos estamos satisfeitos de ter em Vossa Excelência um líder que, no momento exato e preciso, com a serenidade necessária, vem expor os fatos e dizer a este Paraná que no Governo de Canet - digo nós, porque pertencemos àquele Governo, não temos nada a esconder, qualquer coisa há de ser trazida à luz do dia e reforçar mais, por intermédio de homens como Vossa Excelência, bem intencionados, a posição do grande Governador que foi Canet Júnior, dentro da esperança e da lisura deste povo paranaense.

Quero congratular-me com Vossa Excelência, e jubiloso mesmo, num misto de alegria, de ter um líder da sua qualidade, que, no momento exato, vem dizer as verdades, tranqüilamente, para dizer ao Paraná e à imprensa do Paraná, ao povo do Paraná, principalmente o que deve ser dito.

Como amigo do Deputado Erondy Silvério, e como liderado que fui do Governador Jayme Canet Júnior; como liderado que sou de Ney Braga, só lhe digo muito obrigado.

E os meus parabéns pela assertiva de Vossa Excelência em trazer sempre à luz do dia, o que Canet Júnior não tem que esconder, porque haveremos de provar, e o Paraná há de provar, em 82, com a volta de Jayme Canet.

O SR. ERONDY SILVÉRIO – Agradeço a Vossa Excelência.

Julguei ser do meu dever prestar esses esclarecimentos, especialmente ao nobre Deputado Waldyr Pugliesi, que aquele pensamento foi individual, foi do Deputado; jamais do Líder do Governo.

Possivelmente até o Sr. Governador do Estado ache bom o projeto do nobre Deputado Waldyr Pugliesi. Então, achei do meu dever, da minha obrigação, trazer estes esclarecimentos à Casa, porque a nossa entrevista, efetivamente, foi truncada.

Obrigado, Sr. Presidente. – (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – (Fabiano Braga Côrtes) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

A Presidência registra, com satisfação, a presença em nosso plenário, do Sr. Vereador Antônio Lubomir Marchalek, de nossa Capital.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente. Necessita de apoio. – **Apoiado.** – Ao Departamento Legislativo.

Projeto de Resolução de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente. Necessita de apoio. – **Apoiado.** – Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 164/77, de autoria do Deputado GABRIEL MANOEL, que declara de utilidade pública o Centro Comunitário de Nova Fátima - CECOM, com sede e foro na cidade de Nova Fátima. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. – **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 39/79, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que declara de utilidade pública, o Centro de Tradições Gaúchas - Histórico de Boia-deiro da Lapa, Paraná. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. – **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 52/79, de autoria do Deputado LINEU TURRA, que declara de utilidade pública o "Orfanato Evangélico Luz da Verdade", com sede e foro na cidade de Palmeira. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. – **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 68/79, de autoria do Deputado JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI, que declara de utilidade pública o "Lar Vicente de Paulo de Apucarana", com sede e foro na cidade de Apucarana. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. – **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução n.º 50/79, de autoria da C.C.J., oriundo da Mensagem Governamental n.º 56/79, que aprova Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de LUPIONÓPOLIS, com a interveniência de órgãos e objetivos que especifica. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. – **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução n.º 51/79, de autoria da C.C.J., Mensagem n.º 58/79, que aprova os Termos Aditi-

vos aos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, com a participação da Secretaria do Planejamento e Municípios nominados, objetivando a aplicação de recursos financeiros do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. – **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução n.º 52/79, de autoria da C.C.J., Mensagem n.º 60/79, que aprova o Convênio n.º 211/78, de auxílio e cooperação celebrado entre o Governo do Estado e o Município de SENGES, com a interveniência dos órgãos e objetivos que especifica. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. – **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução n.º 53/79, de autoria da C.C.J., Mensagem n.º 64/79, que aprova Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de MANDAGUAÇU, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, naquela comuna. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. – **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 103/78, de autoria do Deputado Lázaro Dumont, que declara de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, de Ribeirão Claro", com sede e foro na Comarca de Ribeirão Claro. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. – **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 103/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º – Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE RIBEIRÃO CLARO, com sede na cidade e Comarca de Ribeirão Claro, neste Estado.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1978.

(a) LÁZARO DUMONT

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 08 de novembro de 1977, a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Ribeirão Claro, funcionando em uma das dependências da Prefeitura Municipal daquele município, e de acordo com o que rege seus estatutos, a entidade acima mencionada vem prestando inestimáveis serviços à coletividade, sem preconceitos de raça, credo, cor e sexo, de acordo com suas possibilidades materiais, humanas e financeiras, na orientação com palestras, e na distribuição de roupas, agasalhos e alimentos, bem como na assistência médica e farmacêutica. A entidade que ora solicitamos que lhe seja outorgado o título de Utilidade Pública, é dirigido por um grupo de pessoas que, na maioria das vezes, deixam de seus afazeres, sem nada exigir em troca, para dar um pouco de si em prol daqueles que realmente necessitam de ajuda, numa demonstração de entenderem que realmente o problema social não é somente um problema de governo, mas um problema de todos aqueles que realmente querem ajudar. E justo será, que esta augusta Casa de Leis, outorgue à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Ribeirão Claro, o título de Utilidade Pública Estadual, para que ela tenha melhores condições de reivindicar auxílios junto aos órgãos públicos municipais, estaduais e federais.

Desta maneira, temos certeza de podermos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis. (Anexamos documentos que provam sua existência e sua real finalidade).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 103/78.

PARECER

De autoria do nobre Deputado Lázaro Dunont, o presente Projeto de Lei n.º 103/78, tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Ribeirão Claro, com sede na cidade e comarca de Ribeirão Claro, neste Estado.

Da análise do processo, pela justificativa apresentada pelo seu autor, e pela documentação anexada ao mesmo, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação Federal e Estadual, reguladora da matéria.

Diante do exposto, nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06 de junho de 1979.

(a) Gilberto Carvalho, Presidente; Luiz Alberto Oliveira, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 130/78, de autoria do Deputado José Domingos Scarpelini, que denomina "Deputado Miguel Buffara", a rodovia que liga o trevo da BR-277, Município de Morretes, passando por Antonina à cidade de Guaraqueçaba. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 130/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica denominada "DEPUTADO MIGUEL BUFFARA", a rodovia que liga o trevo da BR-277, no Município de Morretes, passando por Antonina, à cidade de Guaraqueçaba, município de igual nome, neste Estado.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1978.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

JUSTIFICATIVA:

Com o presente projeto de lei, visamos prestar justa homenagem ao dedicado homem público que em vida tanto deu de si, com total desprendimento e significativa dose de patriotismo, em prol do Paraná e de sua valorosa gente: MIGUEL BUFFARA, nascido a 18 de maio de 1913, formou-se em Direito e exerceu as funções de Promotor Público na cidade de Morretes. Foi comerciante e industrial. Em 1954, elegeu-se Deputado Estadual exercendo o mandato até 31 de janeiro de 1959. Durante o seu primeiro mandato, exerceu os cargos de 1.º Vice-Presidente da Comissão Executiva, e foi também destacado membro da Comissão de Constituição e Justiça, onde pontificou com seus luminosos pareceres e alta jurisprudência.

Em sua passagem por esta Casa de Leis, soube granjear a amizade e a simpatia de todos os seus nobres Pares, bem como do funcionalismo em geral.

Mais tarde, elegeu-se Deputado Federal, representando com brilhantismo o Estado do Paraná, naquela alta Casa de Leis, onde marcou sua presença de forma significativa, tabalhando sempre em defesa dos interesses maiores desta terra e de sua gente.

Foi Presidente do MDB paranaense, tendo antes pertencido aos quadros do extinto Partido Trabalhista Brasileiro, sendo considerado um dos melhores teóricos do sul do Brasil, na intransigente defesa dos interesses mais puros e autênticos do trabalhador brasileiro.

Esta homenagem póstuma traduzirá, antes de mais nada, o reconhecimento desta Casa, hoje tão bem representada por homens de todos os quadrantes do Paraná, a um de seus companheiros desaparecidos, e traduzindo a gratidão, a lembrança e a saudade de todos nós, e legitimando, por outro lado, o valor e a bravura cívica de tão notável homem público, cujo zelo e amor à causa pública, foram o apanágio de toda a sua existência.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 130/79

PARECER:

Objetiva o presente Projeto de Lei, denominar "Deputado Miguel Buffara", a rodovia que liga o trevo da BR-277 no Município de Morretes, passando por Antonina, à sede do Município de Guaraqueçaba.

Achamos das mais oportunas a homenagem que se pretende prestar à memória daquele ex-Parlamentar, tendo em vista os assinalados serviços prestados à toda região litorânea, no exercício dos inúmeros cargos públicos que ocupou.

Daí reputarmos como dos mais felizes o fato de se atribuir o seu nome justamente àquele segmento rodoviário, por cuja melhoria, muito lutou ao longo da vida.

Todavia, a atuação de Miguel Buffara não se cingiu às reivindicações de sua região. Se estas ocuparam papel preponderável, contudo, não podemos olvidar as suas posições em favor do fortalecimento do Poder Legislativo, beneficiando-o como instituição.

Também era traço marcante de sua personalidade o grande estudioso das matérias que lhe eram cometidas em plenário, e sobretudo, nas Comissões, tanto no Legislativo Estadual como na Câmara Federal.

Ocupou também, com invulgar brilho, a Secretaria do Trabalho e Assistência Social, onde empreendeu uma longa jornada, repleta de sacrifícios e devotamento à causa pública, cujo escopo maior foi o da criatura menos favorecida.

Seu desprendimento, sua intrepidez, e sobretudo o seu acendrado amor à causa paranaense, o faz, sem o menor resquício de dúvidas, merecedor do reconhecimento que se lhe pretende prestar.

Nestas condições, tendo em vista que a proposição preenche os requisitos regimentais e por ser de justiça, recomendamos a aprovação da Propositura,

Favorável é o Parecer.

Sala das Comissões, em 06 de junho de 1979.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; José Tavares, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 29/79, de autoria do ex-Deputado Tuguio Setogutte, que modifica a redação do Art. 1.º da Lei n.º 6755, de 16 de dezembro de 1975. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 29/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O art. 1.º da Lei n.º 6755, de 16 de dezembro de 1975, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1.º — Fica declarada de utilidade Pública, o "LAR SÃO VICENTE DE PAULO", com foro e sede na cidade de Umuarama".

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 1979.

(a) TUGUIO SETOGUTTE

JUSTIFICATIVA:

Pela Lei 6755, de 16 de dezembro de 1975, a "Conferência São Francisco de Assis", da Sociedade São Vicente de Paulo, de Umuarama, foi declarado de utilidade pública.

Ocorre que, através de Assembléia Especial, cuja ata consta do presente processo, a entidade em questão mudou a sua denominação para "LAR SÃO VICENTE DE PAULO".

Daí, a necessidade da presente proposição.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 29/79

PARECER:

Subscrito pelo nobre Deputado Tuguio Setogutte, visa o presente projeto de lei, modificar a redação do Art. 1.º, da Lei

n.º 6755, de 16 de dezembro de 1975, que declara de utilidade pública a "Conferência São Francisco de Assis", da Sociedade São Vicente de Paulo, de Umuarama.

Ocorre que, através de Assembléia Especial, cuja ata consta do presente processo, a entidade em questão mudou a sua denominação para "LAR SÃO VICENTE DE PAULO", com sede e foro no Município de Umuarama.

Face ao exposto, não vemos qualquer impedimento que se lhe possa antepor quanto aos aspectos de ordem legal ou constitucional, razão pela qual nosso parecer é pela Aprovação. É o Parecer.

Sala das Comissões, em 06 de junho de 1979.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Airton Cordeiro, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 74/79, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que denomina "Rodovia Deputado Olívio Belich", a estrada estadual PR-427, trecho BR-277 à sede de Porto Amazonas. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 74/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — A estrada estadual PR-427, que liga o trecho BR-277 à sede de Porto Amazonas, passa a se denominar "RODOVIA DEPUTADO OLÍVIO BELICH".

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1979.

9a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente plano de lei, homenagear ao grande homem público que foi o saudoso Olívio Belich.

Durante sua vida, dedicou-se com afinco à defesa dos interesses do Município de Porto Amazonas, onde foi Vereador e Prefeito Municipal. Na Assembléia Legislativa, desempenhou as elevadas funções de Deputado Estadual por duas legislaturas, ocupando cargos da Comissão Executiva em seis oportunidades.

Cremos que, se transformando este projeto de lei, estará esta Casa permitindo que seja praticada a boa justiça à ilustre personalidade.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 74/79

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Ezequias Losso, o projeto confere a denominação de Rodovia Deputado Olívio Belich, ao trecho BR-277 à sede de Porto Amazonas, da estrada estadual PR-427.

A justificativa realça as qualidades do homem público que foi o Deputado Olívio Belich, inclusive as elevadas funções desempenhadas nesta Casa.

A iniciativa é constitucional e legal; seu articulado atende os requisitos da técnica legislativa e, por isto, merece progredir no itinerário procedimental.

Pela aprovação.

Sala das Comissões, em 06 de junho de 1979.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Augusto Carneiro, Relator

O SR. PRESIDENTE -- (Fabiano Braga Côrtes) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Guilherme Kris, ocorrido na cidade de Francisco Beltrão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Joel Brás de Oliveira, ocorrido na cidade de Londrina. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga

Côrtes, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Mozart Gomes Correia, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Artistides Souza Mello, ocorrido na cidade de Londrina. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Engenheiro Aristides Souza Mello, ocorrido na cidade de Londrina. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando sejam encaminhados expedientes à Federação da Agricultura do Estado, Secretaria da Agricultura, Banco do Brasil S/A, e ao Ministério da Agricultura, encarecendo medidas urgentes que visem a liberação de verbas para financiamento de milho à suinocultura do Oeste do Estado. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando seja determinado o encaminhamento à Comissão de Finanças, e posteriormente, respeitados os prazos regimentais, à Comissão de Recursos Humanos, o Projeto de Lei n.º 70/79. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa do Editorial publicado pela "Gazeta do Povo", intitulado "Os Saltos do Banco do Estado". — **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta ata). Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cyro Martins, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado a diversas autoridades, reivindicando a instalação de uma linha aérea ligando Ponta Grossa com a Capital de São Paulo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Diretório Acadêmico Clotário Portugal, da Faculdade de Direito de Curitiba, pela realização do 1.º Concurso Estadual de Oratória. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, visando a instalação de monocal telefônico nas localidades de Distrito de Arapuan e Bradópolis, Município de Janiópolis. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministro da Agricultura, Secretário da Agricultura e Presidente da COBAL, visando a instalação de um centro de abastecimento — CEASA —, em Campo Mourão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Conselho Interministerial de Preços e SUNAB, protestando contra uma possível permissão para a liberação do preço do pão d'água. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos ao Diretório Acadêmico "Clotário Portugal", órgão representativo do Corpo Discente da Faculdade de Direito de Curitiba, pela realização do 1.º Concurso Estadual de Oratória. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de

expediente ao Sr. Ministro da Aeronáutica, pedindo especial atenção, no sentido de que seja restabelecido o voo matinal da TRANSBRASIL, empresa que opera os "jatos", na cidade de Londrina. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Superintendente da FUNDEPAR, encarecendo providências objetivando sejam procedidas obras de reparos no prédio da Escola "Rui Barbosa", situada na Vila Nova, em Londrina. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Banco do Brasil S/A, no sentido da verificação da atuação do inspetor do referido Banco, Sr. Célio José Galliani, no Município de Jacarezinho. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de aplausos ao Superintendente Regional da Rede Ferroviária Federal e ao Sr. Chefe do Distrito de Produção, sediado em União da Vitória, pela passagem do 35.º ano de instalação daquela unidade. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, em forma de apelo, no sentido de que seja construída uma via de contorno na cidade de Palmeira, ligando a BR-277 a PR-151, Palmeira - Ponta Grossa. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, lido da tribuna, solicitando o envio de telex aos Srs. Presidente da República e Ministros da Indústria e Comércio e do Trabalho, encarecendo urgentes providências diante da situação por que passa a Usina Central do Paraná, de Porecatu, pertencente ao Grupo Atalla, que segundo notícias, no dia de hoje, paralisaria suas atividades. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando voto de aplausos à recém criada Cooperativa de Jornalistas Profissionais de Curitiba e à sua diretoria eleita em Assembleia Geral, realizada no último dia 23. — Em votação.

O SR. MÁRIO CELSO — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas para deixar registrado nos Anais da Casa, de que no último sábado, estivemos presentes à reunião primeira da Cooperativa dos Jornalistas de Curitiba, e com muita alegria, com felicidade até, sentimos a união da classe em torno dessa Cooperativa que vem gerar, realmente, uma opção para o jornalista profissional que terá, além do seu emprego normal, também o trabalho através dessa Cooperativa.

E para nossa felicidade, antes mesmo da criação da Cooperativa, vários órgãos particulares e do Governo, já estão comprometidos com a Cooperativa para, através dessa equipe de trabalho, realizar então a publicação de seus semanários, de seus diários.

Na verdade, isso nos enche de contentamento, porque o jornalista profissional de Curitiba, tem realmente a sua grande opção, a exemplo do que acontece em Porto Alegre, onde inclusive, um jornal é editado com grande sucesso.

Era isso, Sr. Presidente, registrando que Dias Lopes é nosso companheiro Presidente desta Cooperativa, Milton Ivan, vice-Presidente, e Arnaldo Cruz, Secretário, eleitos para um período de seis meses. É um mandato tampão, até que a Cooperativa tome forma realmente concreta e possa desenvolver a contento seu trabalho.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação.

Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso,

constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, encarecendo providências no sentido de responsabilizar as pessoas que, utilizando de um veículo oficial, (Chapa CE 1245), jogavam pela via pública livretos com a biografia de Caetano Munhos da Rocha, num ato condenável. — Em votação.

O SR. MÁRIO CELSO — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas eu gostaria de detalhar que, na sexta-feira última, três elementos, numa viatura oficial, placa inclusive registrada no requerimento, jogava fora o folheto que mostro aos Srs. Deputados, com a biografia de Caetano Munhoz da Rocha.

Na verdade, essa biografia foi levantada através de dados do jornalista Samuel Guimarães da Costa. E inclusive, na apresentação, consta a assinatura do Governador do Estado, Ney Aminthas de Barros Braga.

Então, consideramos o trabalho importante e até elogiamos o livreto, porque veio realmente numa hora importante, no momento da comemoração do I Centenário do nascimento de Caetano Munhoz da Rocha. E não podemos admitir que certos elementos se utilizem desses livretos, para fazerem realmente, para gerarem, inclusive, um ato deplorável e condenável sob todos os aspectos. Nós queremos entender que seja um ato isolado desses elementos que estavam de posse da viatura oficial, e não de orientação do alto escalão.

Por isto, estamos enviando então um requerimento ao Sr. Governador, para que ele tome providências para que fatos como este não venham a se repetir, desrespeitando a coisa pública.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação.

Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando voto de aplausos à Academia Paranaense de Medicina, pela posse de sua primeira diretoria, bem como dos 50 médicos fundadores e 25 médicos honorários. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando o envio de cópias do requerimento aos Presidentes da Associação dos Servidores Públicos do Estado do Paraná e da Fundação "Casa do Trabalhador", contendo tabela comparativa entre acréscimos de vencimentos atualmente previstos no art. 70, incisos I e II, da Constituição Estadual e aqueles a que se referem os destinatários como prejudiciais às mulheres. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Ministérios das Minas e Energia, Indústria e Comércio, Conselho de Desenvolvimento Econômico e ao Sr. Presidente da República, em forma de apelo, no sentido de que a produção de álcool e sua distribuição, bem como todo o desdobramento do PROÁLCOOL, não quebrem o monopólio estatal no campo energético. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente, solicitando voto de aplausos à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, pela aprovação do projeto de lei de autoria do Sr. Deputado João Cunha, que revoga a Lei Falcão. — Em discussão.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Coordenador Regional do INCRA, no sentido de que se digne informar sobre a legalização de várias áreas de terras localizadas no Município de Nova Aurora. — Em votação.

O SR. GERNOTE KIRINUS - (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estivemos recentemente visitando o Município de Nova Aurora e hoje, nesta Casa, por coincidência, falou-se muito em DOPS, em vigilantes, e inclusive, em Nicarágua.

Eu, Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados, venho falar daquele mal maior que vem atormentando a população rural desde há muitos anos, e até hoje, sem solução, que é o desmando, a violência praticada pelos pistoleiros, naquela região. Os problemas de terra - que já não são novidade para esta Casa - tiveram em Nova Aurora, em 1958, a eclosão de uma revolução, uma revolta dos posseiros, com aval inclusive do Exército; naquela época, os mesmos posseiros foram autorizados e a autorização foi levada pelo Sr. José Neves Formigueiri, de Cascavel, para que prendessem aqueles que invadiam as posses devidamente autorizadas pelo Governo, invadiam a fim de grilar a terra. No entanto, após a intervenção do Exército, veio a incidência, novamente, de grileiros, que se faziam valer da Polícia Militar, na época e a história continuou até os nossos dias.

Nós sabemos, inclusive, e está presente, nesta Casa, o nobre Deputado Fuad Nacli que é conhecedor, também, da violência naquela região, porque, conforme testemunhas dadas por aquelas pessoas de Nova Aurora, o próprio Deputado tinha também, propriedades naquela região e também, talvez, teve que se defender das violências.

Mas, o que pesa é que o acusado principal como cabeça do jaguncismo e não só por este Deputado, mas, inclusive, amplamente denunciado pelos jornais, no Estado do Paraná, é o Sr. Adísio Figueiredo dos Santos, e tenho aqui jornais que denunciaram e sempre, de novo, aparece, ora como Coordenador da Colonizadora Norte do Paraná, ora como simples grileiro de terra, em Nova Aurora; mas, são vários jornais e como meu espaço de tempo é curto, deixo apenas registrado a existência comprobatória desses documentos.

Mas, se isto não bastasse, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estivemos na região e, logo após, uma reunião que nós tivemos na casa de um dos posseiros, encontramos, em nosso carro, de regresso, isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma bala, três balas aliás, de calibre 45, do Ministério da Aeronáutica; estão aqui, Sr. Presidente, uma, duas, três balas, e eram três os ocupantes daquele carro, como que querendo, esses Senhores, intimidar-nos, de fazer levantamento. A origem das balas, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, eu não sei. Quero crer que elas trazem uma mensagem; quero crer que não foi por passe de mágica que apareceram em nosso carro.

Quando constatamos a existência desses projéteis, fomos até um posto de gasolina e mandamos limpar e varrer todo o interior, retirando todo material, talvez, na suspeita de existir algum material bélico mais grave.

Mas, acredito, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que era apenas talvez, um aviso. Não acredito em macumba; não acredito em feitiçaria. Mas, isso é mais do que feitiçaria e macumba. Eu pergunto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de onde é que conseguem esse armamento.

Mas, estão aqui os jornais que comprovam - Adísio Figueiredo dos Santos, chefe dos jagunços, inclusive, como diz o jornal "O Estado do Paraná", de setembro de 1976, é acostumado a avançar e grilar terras; contendo um arsenal, inclusive, de guerra, como armas e metralhadoras. Não estou dizendo que foi esse senhor o autor dessas balas; mas, é a única pista que eu tenho para dizer das origens desse material bélico.

E, Sr. Presidente, para encerrar, quero ficar com o caso em minhas mãos; eu acredito, Sr. Presidente, nobres Deputados, que quando um Deputado vai com intenções pacíficas e sérias para examinar um caso que já vem se agravando há muitos anos, como é o caso dos Irmãos Bálicos, que encurralados em quatro alqueires são obrigados a viver e tirar o sustento, uma vez que

eles tinham direito, inclusive, documentos hoje, estão tramitando na Justiça a nível superior em Brasília, direitos a possuir uma terra que lhes foi conferida, através de documentos, como sendo verdadeiros posseiros. E que foi cercada por esse João Adísio Figueiredo.

Sr. Presidente, para encerrar, eu quero neste momento, como gesto de transferir a intimidação recebida, a todos os Deputados que se interessam seriamente em fazer um trabalho sério, investigar e dar solução e dar cabo ao jaguncismo no Paraná, eu quero fazer oficialmente a entrega destes três projéteis ao Presidente e à Casa, para que fiquem aqui.

O Sr. Fuad Nacli - Vossa Excelência me permite um aparte? O SR. GERNOTE KIRINUS - Não existe aparte, nobre Deputado, eu estou encaminhando a votação. O Sr. poderá pedir a palavra, encaminhando a votação também.

Sr. Presidente, quero fazer esta entrega para que se tome providências e se pesquise qual é a origem desses projéteis e qual a intenção dos que fizeram isso.

Obrigado Sr. Presidente e faço a entrega disso. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). -- Continua em votação.

O SR. FUAD NACLI - Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). -- Concedo a palavra a Vossa Excelência.

O SR. FUAD NACLI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvimos o que o nobre Deputado falou desta tribuna sobre posseiros de Adísio Figueiredo. Sr. Presidente, nós não poderíamos na data de hoje, quando se falou em Nova Aurora em posseiros, jaguncismo, vivemos em Nova Aurora há mais de vinte anos, quando procuramos dentro de uma área que hoje não nos pertence, derrubar a mata, plantar a menta, Adísio Figueiredo era proprietário de duas fazendas e hoje tem uma fazenda na beira do Belícia.

Todos os Senhores conhecem perfeitamente os comentários dos jornais e os problemas das terras do Oeste e do Sudoeste. O que me estranhou é o nobre Deputado trazer três balas, dizendo que estas balas foram colocadas e que essa Casa deveria tomar conhecimento. Eu não posso aceitar e acreditar que um cidadão, Deputado eleito por aquela região, que tendo um conhecimento e foi ver um problema de quatro alqueires de terras, tenha recebido no seu carro quatro ou três balas para intimidá-lo, primeiro. Segundo, citou o meu nome como conhecedor daquela região. Todos os Senhores sabem muito bem que não foi só Nova Aurora, como foi Palotina, como foi Cascavel, como foi Capitão Leônidas Marques, como foi Ponte Queimada, Santa Helena, Pato Branco, nós tivemos sérios problemas de terras.

Quem sabe, amanhã eles irão querer debitar isso ao atual Governador também! Nova Aurora é hoje uma cidade pacífica, ordeira, que tem o seu povo e que nós não conhecemos nenhum problema social; não conhecemos nenhum problema de terra dentro do Município de Nova Aurora, de Cafelândia e nem de Formosa. Estamos lá vivendo há muitos anos. É de estranhar que o ilustre Deputado Estadual traga para esta Casa; eu sempre procurei, quando tem um problema na região de um Deputado, eu procuro conversar com o Deputado antes de trazer para a tribuna para ver da veracidade, se é verdade ou não é problema pessoal com determinado cidadão.

Gostaria que ficasse bem clara a minha posição. Não li o requerimento. Gostaria que me desse a oportunidade para que eu lesse o requerimento para saber se eu posso votar favorável ou contra o mesmo. Ou pedir adiamento de votação, primeiro.

Segundo, é de se estranhar que nós, que vivemos nesta Casa, não podemos dialogar, como dialogamos hoje, com o Deputado José Fiori, com o Deputado Tavares, pedindo que votassem no seu requerimento.

Mas queremos, antes de mais nada, nós sempre lemos em manchetes e jornais, que o objetivo de alguém é querer atingir o município ou a pessoa, sem procurar, primeiro informar. Aqui, no seu requerimento, diz ele sobre a legalização de várias áreas de terra, localizadas no Município de Nova Aurora, cujos posseiros possuem documentação legal, inclusive com pagamento de impostos cobrados por este mesmo órgão.

Queremos deixar bem clara a nossa posição. Nós vamos votar contra o requerimento e vamos, pessoalmente, convidar o Deputado para que conjuntamente conosco e demais Deputados nós vamos ao INCRA, procurar junto ao Coordenador, junto aos responsáveis, para saber da posição daquelas áreas que ele quer saber, porque nós também queremos saber.

Nós queremos a paz e a tranquilidade, não só em Nova Aurora, mas também em todo o Estado do Paraná. Nós não queremos aceitar é manchetes e jornais para que os municípios, para que o Paraná tenha as manchetes dizendo que há problemas de litígio de terras. Porque se há algum problema, nós procuraremos acertar da melhor maneira possível. É o que eu tinha que dizer no encaminhamento de votação deste requerimento. — (Sem revisão do orador).

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, Srs. Deputados, seremos rápidos apenas para dizer que, indiretamente, nós também acompanhamos alguns atos e fatos que envolveram o episódio trazido hoje à tribuna, quando, compartilhando do trabalho do então Pastor e Secretário Geral da Pastoral da Terra, no Paraná, hoje Deputado Gernote Kirinus, na época, como mero advogado e aconselhador jurídico daquela Secretaria. E sabemos das denúncias que o então Pastor Kirinus recebia, sobre o fato aqui especificamente tratado, fora os demais de todo o Paraná.

Mas digo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que desde 76, Kirinus vem acompanhando a evolução destes fatos porque, naquela ocasião, na condição de Secretário da Pastoral da Terra, visitando longamente os Irmãos Bálicos e outros posseiros, vários outros envolvidos em episódios análogos, fez-se o relatório. E esse relatório foi denunciado pela CPI da Terra, em Brasília, pelo hoje Deputado Kirinus, e pelo Bispo D. Agostinho, de Palmas. Ainda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para provar que o Deputado Kirinus, por esta vinculação de origem na Pastoral da Terra, agora Presidente da Comissão de Terras, Colonização e Migração, recebeu um novo convite para que, pessoalmente, fosse atestar o continuísmo das coisas que o "status" em que se encontrava em 76 o problema, se repete hoje. Porque ainda não está definido o aspecto dominial, enfim, a paz social que se espera na área.

Foi ouvir, foi trazer dados, para que pudesse, conscientemente, com seriedade, levar este assunto, através da Casa, às autoridades competentes. E é de se estranhar, Sr. Presidente, esses fatos que acabaram envolvendo o problema. Eu, assistindo de longe e agora ouvindo o que ouvi, tenho certeza que não foram fortuitamente colocadas essas balas no automóvel; têm efetivamente um recado intimidatório.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho certeza que esta Casa, que os Deputados das duas bancadas hoje aqui; diante do quadro que foi mais uma vez trazido, perante todo o Paraná, não se omite; porque não se está à procura de manchetes de jornais, sobre os problemas possessórios. Os problemas possessórios deveriam ser sim manchetes nas idéias e nos pensamentos dos homens públicos do Paraná, ao longo desses anos. Não nas manchetes dos jornais; deveriam permanentemente estar nas ante-salas e nas salas dos que dirigem o nosso Estado e dos que dirigem a nossa Nação.

E por esta razão, tenho certeza que o bom senso haverá de imperar; nós teremos a aprovação deste requerimento, para que então, clareadas as coisas, continue-se este trabalho e, de uma vez por todas, os problemas possessórios sejam extintos da

vida paranaense. Que a história do Estado coloque no passado esta grave página dos conflitos e da intranquilidade social.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Continua em votação o requerimento.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem). Sr. Presidente, apenas para declarar à Casa, que a Liderança do Governo considera questão aberta a votação desse requerimento, apesar de eu pessoalmente não acreditar em bruxarias e nem em feitiçarias; e também não ser técnico em balística, para poder refutar as afirmativas feitas hoje aqui nesta Casa com relação aos três projéteis. Mas a questão é aberta dentro da bancada.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

— (Pausa). — Rejeitado o requerimento.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem). — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se. — (Pausa). — Os Srs. Deputados que rejeitam queiram levantar-se. — (Pausa).

12 Srs. Deputados aprovam; 22 Srs. Deputados rejeitam. — Rejeitam o requerimento. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Secretaria da Agricultura, Superintendência de Recursos Hídricos e Meio-Ambiente, Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente, COTRIGUAÇU, para que, em conjunto, desenvolvam amplo e sério programa de controle no uso de inseticidas nas áreas de produção agrícola, em especial no Oeste. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em pedido de informações sobre a União Paranaense de Estudantes. — Rejeitado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. — (Pausa).

Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se. — (Pausa).

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Questão de Ordem). — Tenho a impressão que os ilustres Deputados desta Casa não ouviram o teor desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere a questão de ordem, e fará a leitura novamente do requerimento, atendendo a questão de ordem do nobre Deputado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Eu completaria, Sr. Presidente, e digo isso, porque se Vossa Excelência já estava solicitando a votação, e a Liderança e os Deputados estavam voltados para outros interesses que não os de Vossa Excelência, e o assunto voltou à tona. Parece-me que não se está...

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa ao nobre Deputado, que procede, atendendo questão de ordem do nobre Deputado Erondy Silvério, a leitura do requerimento, e o fará novamente. (Lê)

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela ordem) — Temos conhecimento do teor do requerimento, dispensamos a leitura. Está em fase e verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

13 Srs. Deputados aprovam; 21 Srs. Deputados rejeitam. — Rejeitado o requerimento. — Ao Departamento Legislativo.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Questão de ordem). — Gostaria de me inscrever para Explicações Pessoais, e encaminhar

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa inscreverá V. Ex.^a para Explicações Pessoais.

Está com a palavra o Sr. Deputado Nilton Friedrich.

OSR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

União Paranaense dos Estudantes deu ao Paraná e ao Brasil uma trajetória de grandes conquistas materiais; sociais e políticas à classe universitária do Paraná.

Deputados com assento nesta Casa, tiveram sua introdução na vida política e pública deste País, através dos instrumentos e dos Departamentos da União Paranaense de Estudantes, uma entidade formada com muita luta, com muito sacrifício, com muita dificuldade e que as lideranças universitárias de todo o interior e de todo o Paraná, acabaram tendo nesse órgão máximo da representatividade universitária a possibilidade de instrumentalizar uma ação política, uma ação social e receber dessa entidade os benefícios até materiais, porque eu chamo aqui o testemunho, Sr. Presidente, daqueles Deputados que já foram aos seus gabinetes; eu chamo o testemunho nesta Casa daqueles Deputados que ainda estão aqui, porque, ao longo da história universitária desta País, que tiveram a felicidade de ingressar num curso superior, passando pelos bancos das escolas universitárias, tiveram a felicidade de receber os benefícios até materiais que a UPE deu ao Paraná e ao Brasil.

Porque, nesta cidade universitária, Sr. Presidente, aqui no Paraná, através de uma propriedade que pertencia à UPE, tínhamos o fornecimento de quatro mil refeições diárias, tínhamos um atendimento dentário...

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem). — Sr. Presidente, solicito a chamada dos Srs. Deputados, para verificação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa deferir e solicita ao Sr. Primeiro Secretário que proceda a chamada dos Srs. Deputados.

O SR. DENI SCHWARTZ (Pela ordem). — Sr. Presidente, requero a Vossa Excelência que insira na ata o ato deslegante, deseducado e desastrado do Deputado Gabriel Manoel que pela primeira vez, nesta Casa, interrompe um orador para requerer a chamada nominal.

Estou aqui há quatro anos e meio, Sr. Presidente, e nem uma vez tive o desprazer de ver ato tão deslegante daquele que não quer ouvir a verdade.

Repito, aqui, Sr. Presidente, e quero que conste em ata esta intervenção que denigre esta Assembléia no momento em que vemos ao seu lado, nessa Mesa, um ex-Presidente da UPE e, com galhardia, soube votar com relação ao requerimento apresentado.

Fatos como este é que demonstram que a falência do Poder Legislativo é feito pelos homens do próprio Poder.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Solicito do Sr. Primeiro Secretário a chamada dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a chamada dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Cortes). — Responderam a chamada 21 Srs. Deputados. Continua com a palavra o Sr. Deputado Nilton Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Até não me preocupo com a presença dos Deputados aqui no plenário.

A Casa tem os dispositivos sonoros que vão meio longe. Mas, muito além dos dispositivos sonoros que multiplicam a força de nossa voz, estão os dispositivos incrustados na consciência de cada cidadão paranaense. E mais ainda, daqueles que têm uma responsabilidade maior que é, representar o povo, suas origens e os interesses maiores de nossa gente!

Mas eu dizia, Sr. Presidente que, inclusive materialmente, a UPES dava, ao estudante, e mais ainda aos de parcos recursos, que vinham do interior ou de outras cidades do Brasil, a possibilidade de ter aquela refeição, a preço baixíssimo, apenas simbólico, dando 4.000 refeições, por dia, dando atendimento

dentário, com Departamento do Livro, tendo uma chácara onde se produziam produtos hortifrutigranjeiros, que eram levados à mesa do estudante. A UPES, Sr. Presidente, Srs. Deputados tinha uma série de departamentos culturais, de outras organizações recreativas, era a família do estudante, em Curitiba!

A União Paranaense dos Estudantes Secundários, além da sua atividade de representação, efetivamente significava o calor que deveria existir entre o estudantado. É bem verdade, Sr. Presidente, que a UPES, também através de seus líderes ao longo dos tempos, jamais se acovardou, jamais se ajoelhou à submissão e passividade, teve presença marcante a cada passo e a cada instante em que o interesse nacional precisava ser batido, em que o interesse nacional precisava ser levantado. E assim foi que a UPES se fez no Paraná, ao longo dos anos, presença física, presença espiritual no coração do estudante. A União Paranaense dos Estudantes, congregando todos os universitários do Paraná, efetivamente significava o aconchego da classe, a representação efetiva e, acima de tudo, a disposição daquela juventude, dos jovens, em participar de todos os momentos do Estado e da Nação.

Por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no momento em que no nosso País tivemos o golpe militar de 64, como tantas outras organizações de nível nacional ou estadual foram extintas ou colocadas na ilegalidade, também a União Paranaense dos Estudantes foi atingida, em 68, 69, quando, num decreto até hoje ainda não bem explicado e incompleto juridicamente — sabemos disto e por isto fizemos este requerimento, porque este decreto está incompleto e juridicamente é questionável — o Estado se assenhoreou dos bens. Queremos saber, como, Sr. Presidente; queremos, apenas, ter conhecimento de, por qual maneira o acervo da UPES foi absorvido pelo Estado do Paraná para que em sua sede onde ser serviam 4.000 refeições no almoço e 4.000 no jantar dando comida barata ao estudante que vinha do interior onde nós, quantas vezes, Sr. Presidente, passamos meses, e meses podendo ter essa oportunidade de alimentação, porque a UPES dava refeições mais baratas para nós estudantes, porque não tínhamos condições de enfrentar outros restaurantes mesmo de cunho universitário, ou estudantil, então, nós enfrentávamos a fila da UPES! Conhecíamos e conhecemos, Sr. Presidente, todo o instrumental que tinha a UPES, porque também dávamos a nossa contribuição física àqueles trabalhos que lá se desenvolviam, quer materiais, quer culturais, recreativos, ou de reivindicação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, querer saber quais os bens, de que maneira, com descrição individualizada, foram absorvidos pelo Estado, querer saber, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que órgãos estão utilizando hoje, em nome do Estado, essa propriedade ou essa administração que pertencia ao estudante universitário, nós queremos saber, Sr. Presidente, Srs. Deputados, do Governo do Estado, se, ele viabiliza u'a maneira de retornar tais propriedades ao domínio, e ou à administração do estudantado universitário.

Por que este pedido, Sr. Presidente? Por que esta solicitação? Nós estamos, Sr. Presidente, numa nova quadra do momento político brasileiro.

É a UPES, ressurgindo; são os DCC, livres, se reincorporando à vida universitária; são tantas as entidades estudantis, com as suas atividades erenas; profícuas, estão presentes na atual quadra brasileira. E, por que nós não sabermos onde estão os bens que pertenciam à UPE; A chácara, onde se produzia? A F-350? A kombi? O instrumental de cozinha? O instrumental que se utilizava nos departamentos, gabinete dentário, arquivo, máquinas de escrever? Utilizando-se aquela propriedade da Carlos Cavalcanti.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, querer, apenas, saber aquilo que pertencia e era administrado pelos estudantes; estudantes, como eu disse, que muitos estão sentados, hoje, nas Casas de Leis, aqui e em Brasília, que fizeram seu nome por força do mo-

vimento estudantil e, hoje, negam as suas origens, despersonalizados, passivos, subservientes e bajuladores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é triste ter que utilizar uma tribuna do povo, para falar aos representantes do povo, onde têm aqueles que surgiram do movimento estudantil e que hoje querem sepultar o movimento estudantil; que hoje pisam e querem colocar em falência a vibração, o entusiasmo e a juventude de um estudante, para que ele nem ao menos saiba o que se fez daquilo que ele já administrava; para que se saiba o que se fez daquilo que utilizava para sobreviver e viver na vida universitária e acadêmica de Curitiba.

Triste retrato...

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa que o tempo de

Vossa Excelência está esgotado; entretanto, se Vossa Excelência desejar, de acordo com o Regimento terá mais quinze minutos para uso da tribuna.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço a prorrogação, Sr. Presidente.

E digo que nós estamos assistindo, hoje, um retrato de corpo inteiro, num preto e branco horrível, dessa passividade, dessa subserviência, e, principalmente, quando o homem nega as suas origens, eu até não sei porque ele ainda se chama homem.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Obrigado, nobre Deputado Nelson Friedrich. É de se entristecer, quando o Governo Federal dá todas as condições para realização do Congresso da UNE, em Salvador e, aqui, nesta Casa, se rejeita um pedido de informações ao Governador do Estado, sobre a UPES. Uma abertura nacional e uma fechadura estadual.

Será que o Líder Erondy Silvério fala e age em consonância com o Governador?

Eu não posso acreditar que o Governador Ney Braga se furtaria a responder aos quesitos desse pedido de informações. O Governador precisa, urgentemente rever posições, aqui, na bancada da ARENA, com exceção — Luiz Alberto, Ezequias, Palácios, Basílio; a gente olha e, que quadro triste, desalentador, deprimentador! Ao invés dos debates francos e abertos na discussão das idéias, as cadeiras vazias! A omissão! Impressionante, nesta Casa do Povo! Que depressão que eu sinto nos dois anos e meio de política, para nossa classe política! Um pedido de informações e eu volto a repetir — eu divido que o Governador se negaria a responder e o Líder toma uma atitude dessas. E a grande maioria o acompanha.

Inacreditável, nos tempos atuais, a gente observar estas coisas! O Governador precisa as posições, com urgência, não tenho absolutamente nada com a bancada da ARENA mas, não sei se a Liderança está agindo e pensando e tomando atitudes de consonância com o Governador. Tenho lá minhas dúvidas. Era isso, Deputado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Eu agradeço o aparte Deputado, e efetivamente a coisa extrapola. A melhor pretensão democrática do Governador do Estado e repele a menor idéia de abertura.

Porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esse requerimento não é sobre se saiu ou não saiu uma estrada ou se vai sair ou não vai sair uma rodovia. Trata-se da grande fonte de origem das lideranças brasileiras. Grande parcela da liderança nacional do próprio Partido da Situação teve suas origens nos movimentos estudantis e passaram até pela UNE. Aqui no Paraná também a coisa é idêntica.

E como é que pode um homem público sair hoje nesta segunda-feira cinzenta e que mais cinzenta fica para mim a partir

deste instante, como ficará o cidadão político paranaense que abandona a Casa do Povo e enfrenta o seu filho em casa, que amanhã estará tentando ingressar na universidade, alguns talvez com filhos já na universidade, como é que enfrentarão esses filhos se há pouco negaram a possibilidade de saber efetivamente como se passou essa transação de acervo da UPE para o Governo do Estado.

Os filhos destes Deputados ausentes e que votaram contra, tomara Deus mais cedo ou mais tarde, haverão de saber o que se passou nesta Casa. Para que quando eles estiverem no movimento universitário, descobrirem que a UPE extinta, ou colocada na ilegalidade que ninguém sabe bem ao certo o que houve, teve o seu patrimônio absorvido. E como nós precisávamos saber onde estava este patrimônio e principalmente a pergunta mais importante, se o Governo viabiliza a possibilidade de retorno da administração dos estudantes. Eu tenho a impressão que os filhos desses políticos cobrarão muito mais do que nós, Deputados, que estão aqui. A consciência cívica e a responsabilidade futura desta gente.

O Sr. Adalberto Daros — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Nelson Friedrich, lembro-me perfeitamente quando Vossa Excelência ingressou, da fase universitária, porque naquela época tínhamos o prazer e a satisfação de dirigirmos como Presidente, o Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Católica do Paraná.

Tivemos também, meu caro Deputado Nelson Friedrich, a satisfação de vê-lo também mais tarde, Presidente daquele Diretório Acadêmico. E me lembro e é bom que se conte aqui, hoje, que quando da nossa participação na União Paranaense dos Estudantes tivemos a oportunidade e o prazer de respondermos pelo Departamento Jurídico daquela entidade, bem como secretariarmos o Conselho de Presidentes daquela União de Estudantes do Paraná. E tínhamos como Presidente, meu caro Deputado Nelson Friedrich, na nossa época, o não menos ilustre Deputado Ezequias Losso, que hoje se encontra presente nesta hora, neste plenário. E eu fico a me perguntar, meu caro e amigo Deputado Nelson Friedrich, quando das nossas aspirações, das nossas lutas, dos sacrifícios até passados na UPE, quando o Governo com um golpe nos tirou de lá.

Fico a pensar, Deputado Nelson Friedrich, como agora, o Deputado se é que votou, porque não estava presente ao plenário, o Deputado Ezequias Losso, se é que votou, possa ter votado contra informações de um patrimônio que foi seu, porque foi estudante e dirigente daquele entidade. Era este o aparte que queria dar a Vossa Excelência.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o aparte e, efetivamente, nós também aprendemos muita coisa na vida universitária e, com este Deputado, ex-Presidente do Diretório Acadêmico 02 de Julho, nós fomos, inclusive, afilhados na introdução à escola, na festa do calouro.

C Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

O requerimento, realmente, é muito oportuno, porque quando se discute Anistia, não se pode encarar, exclusivamente, aquelas violências que se exerceram contra as pessoas físicas, como é o caso das cassações de mandatos eletivos.

Mas, mais particularmente, a este processo todo que envolveu a Nação e que levou, esta Nação, a terminar com instituições democráticas de que ela tinha. No momento em que o Governo elabora um projeto de Anistia e a Casa apresenta um requerimento pertinente, exatamente, a uma cassação, a uma entidade democrática, como bem exemplificou Vossa Excelência, através da qual passaram integrantes dos mais legítimos representantes do povo paranaense, que hoje compõem as bancadas do Governo aqui e na Câmara Federal.

Vejo, exatamente, uma dissonância daquilo que talvez o

Deputado Fiori, em outras palavras tenha dito, entre a condução política nesta Casa e o Executivo do Estado. Eu vejo esta dissonância em âmbito nacional. Quando a Nação inteira se envolve em querer descobrir as causas ou a maneira de recompor-se as coisas. O requerimento objetiva exatamente isto, para que neste projeto de Anistia, que talvez não venha enunciado, literalmente, naquele projeto que o Governo enviará, mas neste sentido de esquecimento em que a Nação deve comungar, nestes esforços em que realmente o restabelecimento da paz social, da paz política, se estabeleça na Nação, é importante que também a UPE, que também a UPES, que a UNE, enfim, que todas estas instituições sejam reintegradas de inteiro, para que voltemos ao estado anterior. Para que esqueçamos esta fase, como eu disse, não foi só contra os direitos individuais, mas também contras as instituições.

Por isto, há realmente um despropósito com a não aprovação deste requerimento.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o aparte, nobre Deputado, e confere, efetivamente, esta amplitude de uma reconciliação nacional, e digo mais, ilustre Deputado, será que os Deputados que se retiraram do plenário, ou que votaram contra este requerimento, têm medo do estudante universitário?

Será que têm medo da reconstituição patrimonial, social e até das atividades do setor universitário? Eu acho que não.

O Sr. Ezequias Losso — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. NELTON FRIEDRICH — Só um instante. Como acho que não, eu espero, ilustre Deputado que aparteu por último, e aos Deputados presentes, ao Sr. Presidente, espero que os ecos de nossa manifestação de repulsa agora, estes ecos atinjam todos aqueles que passaram pela UPES e pela UPE e, principalmente, alcancem até Sua Excelência, o Sr. Governador do Estado, para que recomponha as coisas, dando as informações, não a esta Casa então, mas à classe universitária de todo o Paraná; a todos os Diretórios Acadêmicos, a todas as entidades de representação. Se não querem dar informações à Assembleia Legislativa, que é a voz do povo, dêem então aos estudantes que querem saber disso. Seria ao menos o bom senso; seria ao menos ser coerente com quem fala em abertura, que emprega democracia e quer efetivamente os jovens participando da vida pública brasileira. Caso contrário, nenhum dos que votaram contra, poderão sair amanhã a elogiar o jovem, o estudante, pregando-lhe condições de futuro, que é o futuro da Nação. E trazer adjetivos, qualificando o estudante disso e daquilo, não terão mais autoridade para assim proceder.

O Sr. Ezequias Losso — Vossa Excelência permite um aparte?

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. NELTON FRIEDRICH — Darei o aparte ao Deputado Losso e em seguida a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa informa ao nobre Deputado que tem um minuto para conclusão do seu pronunciamento.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Pediria aos apartantes que fossem bem rápidos para que esse um minuto fosse entregue a Vossas Excelências.

O Sr. Ezequias Losso — Nobre Deputado Nelson, é com muita atenção que estamos acompanhando o seu pronunciamento, que achamos oportuno.

Realmente o nobre Deputado Adalberto Daros lembrou do grande trabalho que desenvolvemos conjuntamente ali na União Paranaense dos Estudantes, lamentavelmente extinta.

Mas apenas eu diria, nobre Deputado Nelson, que se fosse feito um requerimento para a devolução pura e simples a uma entidade estudantil, do patrimônio da UPE, creio que seria de apreciação geral e a bancada da ARENA votaria favoravelmente, também. Porque a apropriação do imóvel onde funcionava a sede da UPE cedeu em virtude de dispositivo legal. O Estado

doara à União Paranaense dos Estudantes, o patrimônio. Por ordem federal, a UPE foi liquidada; então o patrimônio teria que voltar para quem doou, em virtude da disposição da própria Lei de Doação, que gravou a doação com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Então o Estado teve de volta o patrimônio, por uma questão de direito. Por outro lado, a União Paranaense dos Estudantes, tinha a chácara; lamentavelmente a chácara foi leiloadada na Justiça Federal, para pagamento de encargos sociais. Os seus funcionários, que são os da própria UPE ingressaram na Justiça e tiveram ganho de causa. Os caminhões tiveram idêntico fim.

Então na verdade, Deputado Nelson, é do conhecimento público, pois foi este procedimento levado a efeito através das varas competentes da Justiça Federal; é do conhecimento público que este patrimônio somente saiu do âmbito da UPE porque a UPE foi extinta e foi liquidada. Então, a luta, creio seria mais oportuna no sentido de restabelecer a UPE e também restabelecer o patrimônio do estudante. E Vossa Excelência pode contar com nosso apoio neste particular. Porque nós achamos que o maior absurdo que se cometeu, foi efetivamente a extinção dos órgãos que davam assistência ao estudante.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Eu só queria, nobre Deputado, firmar minha posição, rapidamente. Lamentavelmente não estava no momento em plenário, quando foi votado o requerimento, senão teria acompanhado o eminente Deputado Palácios, votando favoravelmente ao seu requerimento.

Estou aqui, em homenagem a Vossa Excelência em homenagem ao brilhantismo das suas palavras e pessoalmente vou me interessar pelo seu requerimento. Não tenho poderes, sou um humilde Deputado nesta Casa, mas vou me inteirar a respeito do assunto e talvez possa trazer a Vossa Excelência e a esta Casa, os esclarecimentos necessários.

Creio que nesta hora de redemocratização, de reabertura, é por isso que alguns Deputados como eu, defendem aguerridamente a modificação do quadro partidário, para que possamos tomar outro rumo.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Eu fico feliz em ouvi-los e termino, Sr. Presidente, agradecendo aos que ainda ficaram aqui. E dizendo, a UPE quer queira ou não, voltará a esse patrimônio mais cedo ou mais tarde também voltará; porque ele tem, em sua origem um vício jurídico muito grande, quando houve a incorporação do acervo da UPE.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, oxalá, tenhamos através do Deputado que último nos aparteu, as informações que nós possamos repassar ao estudante que está esperando por ela.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 26, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.^a DISCUSSÃO — das Proposições n.ºs 58, 59, 60, 61 e 67/79.

3.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 50, 51, 52 e 53/79.

2.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 103/78, 130/78, 29/79 e 74/79.

Levanta-se a sessão.

Matéria cuja transcrição nos anais da Casa, foi aprovada à requerimento do Sr. Deputado Renato Bueno, em sessão do dia 25 de junho de 1979.

"OS "SALTOS" DO BANCO DO ESTADO

Canta-se muito e de diversas maneiras a timidez do para-

naense. Se o mineiro é desconfiado; o gaúcho diz que é valente; o paulista, empreendedor; o carioca "adora uma praia...", a gente do Paraná é marcada por esse traço psicológico que, talvez, derive de uma realidade humana caracterizada por um estilo de atividade econômica que marcou um tempo de vida em nossa terra. Éramos uns poucos, há meio século. Não só poucos, mas — territorialmente — nossos "limites" se esgotavam em Piraí do Sul ou Tomazina, em União da Vitória e em Paranaguá e quando muito chegávamos, mal e mal, em Guarapuava, dando-se as costas à Paranaguá. Vivíamos o ciclo vegetativo da erva-mate, esperando, pacientemente, que as folhas crescessem para fazer o "sapeco". Interiorizávamo-nos em nós mesmos, na contemplação do milagre da Natureza, que nos dava a condição fundamental da riqueza coletiva, ali bem à mão, só nos exigindo a paciência da espera que a erva chegasse ao ponto do "corte". Tudo isto deve ter contribuído para caracterizar, ao lado da formação humana de nossos primeiros tempos, nosso clássico traço de timidez.

Mudamos hoje. De simples "caminho de passagem" de São Paulo para a "Província de São Pedro do Rio Grande do Sul", somos, atualmente, o quarto ou quinto Estado brasileiro, derramando-nos em ondas humanas não só para o exterior (o conhecido exemplo do Paraguai), mas estamos populacionando o sul de Mato Grosso e marcando nossa presença até mesmo em Rondônia, Acre e tantas outras paragens brasileiras. Nosso comércio, conseqüente dos aludes agrícolas resultantes da quase plenitude da ocupação territorial paranaense, se faz internacionalmente e os destinos de nossa economia são jogados nas bolsas de Chicago e New York. Quase que num átimo de atempo nasceu um novo Paraná, extremamente empreendedor e corajoso, com visão que vai muito além da erva de fundo do quintal que limitava ambições e plasmava um tipo psicológico caracterizador

do paranaense.

Observe-se o sentido do decisório tomado, agora, pelo governador, em despacho com o presidente do Banco do Estado do Paraná, pela via do qual serão iniciados estudos preliminares para a instalação de agências e escritórios de representação desse estabelecimento no exterior. Os planos de expansão do Banestado — a exemplo, aliás, do que sucede com o Banco do Brasil e o Banco do Estado de São Paulo — vão além, sensivelmente além, dos naturais e normais esquemas de crescimento de uma estrutura bancária, para ir ao encontro de um sentido da nova mentalidade que preside a movimentação econômico-financeira do Paraná e de sua gente. Este é o aspecto que nos parece relevante e que desejamos colocar em linha de destaque, já que configura um novo sentido de ver, por cima da timidez, o quadro das perspectivas que temos diante de nós e que precisamos compreender, dentro dos objetivos de um desenvolvimento que nos é inexoravelmente inevitável. Pensando em termos largos, que não são mais tímidos, nem em compasso de espera, mas se agiganta na consciência das perspectivas que estão diante de nós. O que é relevante, nos estudos preliminares da presença de agências do Banestado no exterior, é o pulsar dos planos em sintonia com a grandeza, que está à mão, virtualmente, se tivermos ousadia de olhar o iminente amanhã, com a certeza derivada de que um tão próximo ontem nos marcava em termos de momentos econômicos de quase paralisia. Num decurso de tempo brevíssimo, o Paraná da atualidade é novo, estuante e impetuoso. É dentro dessas pulsações que precisamos ter a ousadia de concepcionar, de idealizar em parâmetros largos, na absoluta convicção de que as próximas horas do destino do Estado serão, sempre, de poder, de progresso e de um desenvolvimento crescente.